



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 008

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 008

9ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Mensagens 04

Indicações 05

Requerimentos 07

Projetos de Lei 13

Projetos de Lei Complementar 17

Pequeno Expediente:

Dep. Luciana Rafagnin 17

Dep. Enio Verri 18

Dep. Jocelito Canto 21

Dep. Douglas Fabrício 22

Dep. Antonio Belinati 23

Dep. Dr. Batista 25

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 26

Sr. Nivaldo Krüger 27

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Enio Verri 19

Liderança do PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 21

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 24

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 29

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 30

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Wilson Quinteiro 31

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 34

Discussão/Votação

Redação Final 35

2ª Discussão 36

1ª Discussão 36

Requerimentos 40

Encerramento da Sessão 41

Publicações:

Atas de Comissão

Tomada de Contas 42

DIÁRIO Nº 008

9ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr.

Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Mauro Moraes e Ney Leprevost (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº GS/0093/10, do Sr. Herlon Goelzer de Almeida - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em exercício, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que solicita esclarecimentos sobre o Programa Trator Solidário. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob os nºs CEE/CC 366 a 381, 495 a 515, 518, 519 a 544/10 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nºs: 426/09 - do Deputado Mario Roque, 103/08 - do Deputado Nelson Justus, 429/09 - do Deputado Cida Borghetti, 167/09 - do Deputado Francisco Bühner; 455/09 - do Deputado Teruo Kato, 411/09 - do Deputado Reni Pereira, 509/09 - do Deputado Pastor Edson Praczyk, 346/09 - do Deputado Jonas Guimarães, 508/09 - do Deputado Nereu Moura, 517/09 - do Deputado Osmar Bertoldi, 403/09 - do Deputado

Duílio Genari, 634/09 - do Deputado Edson Strapasson, 591/09 - da Deputada Rosane Ferreira, 548/09 - do Deputado Luiz Nishimori, 516/09 - do Deputado Nereu Moura, 554/09 - do Deputado Luiz Eduardo Cheida, 598/09 - do Deputado Dr. Batista, 500/09 - do Deputado Reni Pereira, 579/09 - da Deputada Rosane Ferreira, 537/09 - do Deputado Mario Roque, 481/09 - do Deputado Professor Lemos, 575/09 - do Deputado Artagão Júnior, 692/09 - do Deputado Valdir Rossoni, 562/09 - do Deputado Stephanes Júnior, 553/09 - do Deputado Péricles de Mello, 424/09 - do Deputado Fernando Scanavaca, 368/09 - do Deputado Artagão Júnior, 706/09 - do Deputado Elton Welter, 693/09 - do Deputado Durval Amaral, 492/09 - do Deputado Teruo Kato, 504/09 - da Deputada Luciana Rafagnin, 436/09 - do Deputado Professor Lemos, 691/09 - do Deputado Durval Amaral, 521/09 - do Deputado Osmar Bertoldi, 525/09 - do Deputado Duílio Genari, 518/09 Osmar Bertoldi, 437/09 - da Deputada Cida Borghetti, 682/09 - do Deputado Péricles de Mello, 282/09 - do Deputado Professor Lemos, 684/09 - da Deputada Rosane Ferreira, 451/09 - do Deputado Plauto Miró, 415/09 - do Deputado Professor Lemos, 141/09 - do Deputado Dr. Batista, 285/09 - da Deputada Cida Borghetti, 543/08 - do Deputado Elton Welter, 520/09 - do Deputado Osmar Bertoldi, 519/09 - do Deputado Osmar Bertoldi, 587/09 - do Deputado Nereu Moura, 681/09 - do Deputado Péricles de Mello, 594/09 - do Deputado Plauto Miró, 664/09 - do Deputado Nelson Justus, 659/09 - do Deputado Elton Welter, 623/09 - do Deputado Edson Strapasson, 644/09 - do Deputado Stephanes Júnior, 645/09 - do Deputado Stephanes Júnior, 643/09 - do Deputado Stephanes Júnior, 627/09 - do Deputado Stephanes Júnior, 628/09 - do Deputado Stephanes Júnior, 595/09 - do Deputado Péricles de Mello, 483/09 - do Deputado Tadeu Veneri, 558/09 - do Deputado Mauro Moraes, 514/09 - do Deputado Antonio Belinati, 576/09 - da Deputada Luciana Rafagnin e 480/09 - do Deputado Duílio Genari. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 23/02/10.

Senhor Presidente:

Com os melhores cumprimentos, venho a V. Exa. solicitar a data de 18 de março, para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Revmo. Dom José Maria Maimone, Bispo emérito de Umuarama.

O título honorário foi aprovado por esta Casa Legislativa e promulgado pela Lei Estadual nº 7455, de 02 de junho de 1981, proposição do então Deputado Renato Bernardi.

A solenidade de entrega, como ajustado com o homenageado, ficou marcada para às 20h no Salão Paroquial da Catedral de Umuarama.

Solicito também a gentileza de ser designada equipe da Coordenadoria do Cerimonial, para se deslocar até a Cidade de Umuarama para organizar a solenidade alusiva.

Cordialmente,

(a) FERNANDO SCANAVACA

Deputado Estadual

Mensagens

MENSAGEM Nº 012/10

Curitiba, em 10/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando extinguir o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM, a que se refere o artigo 1º, da Lei nº 6938, de 21/10/77.

Considerando a conclusão de estudos quanto a viabilidade e oportunidade dos Fundos Especiais existentes na estrutura administrativa do Poder Executivo e pela constatação de que alguns deles não possuem movimentação, tanto orçamentária como financeira, há mais de três anos consecutivos, é que proponho a extinção do mencionado Fundo.

Destaco que este procedimento atende, também, determinação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, contida as fls. nº 160, do Relatório de Aprovação das Contas do Governador - exercício de 2008, para extinção daqueles Fundos legalmente instituídos, sem regulamentação e/ou sem destinação de recursos orçamentários e financeiros.

Em decorrência, submeto a consideração dessa Assembleia Legislativa, proposta de alteração da Lei nº 6938, de 21/10/77, de modo a proceder a extinção do Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica extinto o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM, a que se refere o artigo 1º, da Lei nº 6938, de 21/10/77.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

CASA CIVIL PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS.

Curitiba, 11/02/10.

OFÍCIO CEE/CC 408/10.

Protocolo nº 07.569.617-5

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para providências, a Mensagem nº 012/10, assinada pelo Sr. Governador em 10/02/10, relativa ao anteprojeto de lei que objetiva extinguir o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM.

Cordialmente,

RAFAEL IATAURO

Chefe da Casa Civil

MENSAGEM Nº 013/10

Curitiba, em 19/02/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando obter aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 1.222.968,00 (hum milhão, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e oito reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 16369, de 29/12/09, visando atender a Escola de Educação Especial Lucy Requião na aquisição de dois terrenos.

Esclareço, também, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Secretaria de Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 16369, de 29/12/09, valor de R\$ 1.222.968,00 (hum milhão, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e oito reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMEN- TAÇÃO DE DESPESA	ANEXO I						FL. 01 R\$1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
4100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO						
4103	SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO						
2151	INFRAESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO A REDE ESCOLAR E AO ESTUDANTE - EDUCAÇÃO BÁSICA	45906100	100	01	L	1.222.968	0054
Total						1.222.968	

CANCELAMENTO DE DESPESA	ANEXO II						FL. 01 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	ALO	Valor	N. do Proc. COP
4100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO						
4103	SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO						
2151	INFRAESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO A REDE ESCOLAR E AO ESTUDANTE - EDUCAÇÃO BÁSICA	33903912	100	01	L	1.222.968	0053
Total						1.222.968	

CASA CIVIL
PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS.

Curitiba, 19/02/10.

OFÍCIO CEE/CC 582/10
Protocolo nº 10.365.673-7

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para providências, a Mensagem nº 013/10, assinada pelo Sr. Governador em 19/02/10, relativa ao anteprojeto de lei que objetiva obter aprovação de abertura de crédito especial, visando atender a Escola de Educação Especial Lucy Requião na aquisição de dois terrenos.

Cordialmente,

RAFAEL IATAURO
Chefe da Casa Civil

Indicações

INDICAÇÃO Nº 014/10

SÚMULA:

Implementação de cursos de graduação serviços à comunidade e serviços do Complexo da Saúde prestados pela UEM, na Região do Vale do Ivaí.

Ao Sr. Governador do Estado, a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao Reitor da Universidade Estadual de Maringá:

1 - O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere que sejam implementados pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, a extensão de Cursos de Graduação, Serviços à Comunidade e serviços do Complexo de Saúde na Região do Vale do Ivaí para atender os Municípios de Barbosa Ferraz, Fênix, Corumbataí do Sul, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Godói Moreira, Lunardelli e Bom Sucesso.

Tal indicação, prende-se ao fato de que com a implementação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, da extensão dos cursos de graduação, dos serviços prestados à comunidade que realiza atualmente mais de 100 tipos de exames laboratoriais, desenvolve a produção de medicamentos que são distribuídos aos postos de saúde, mantém a rede de laboratórios que analisa desde a taxa de penetração de produtos na pele humana até a qualidade da água, do solo, de grãos ou a resistência de materiais, do Centro de Controle de Intoxicações - CCI, que é referência em intoxicações e faz parte da rede nacional de informações da área, da Farmácia Ensino, que é referência na orientação do uso de medicamentos, destacando ainda,

o atendimento jurídico gratuito à comunidade carente, além de cursos técnicos em música e de línguas estrangeiras pelo Instituto de Línguas - ILG - e Instituto de Estudos Japoneses - IEL. Conta, um Centro de Educação Infantil, e um Colégio de Aplicação Pedagógica, e o magnífico Complexo da Saúde constituído pelo Hospital Universitário, pelo Laboratório de Análises Clínicas, o Hemocentro, e as Clínicas Odontológicas e de Psicologia, irá beneficiar sobremaneira a população que compõe os Municípios da Região do Vale do Ivaí.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

INDICAÇÃO N° 015/10

SÚMULA:

Solicita mais três investigadores policiais para a Cidade de Campo Mourão.

Ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

Considerando:

- 1) O grande número de ocorrências policiais na Cidade de Campo Mourão;
- 2) A defasagem no número de investigadores;
- 3) A necessidade de rapidez na solução de crimes ocorridos na Cidade;
- 4) O pedido formulado pelo Vereador José Roberto Voidelo na Câmara Municipal.

Solicita:

- 1) O envio urgente de mais três investigadores policiais para a Cidade de Campo Mourão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 016/10

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado seja firmado convênio para garantir serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndios no Aeroporto Regional de Maringá.

Ao Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, requer à mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, sugerindo ao mesmo que firme convênio com a Terminais Aéreos de Maringá - SBMG S/A, nos mesmos moldes do que foi assinado com a INFRAERO, o qual é vigente no corrente ano, disponibilizando efetivo de 25 bombeiros militares para o SESCINC - Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio do Aeroporto Regional de Maringá.

O Aeroporto Regional de Maringá conta com nove homens no respectivo efetivo, situação que o classifica na Categoria 5, nível de proteção contra incêndios e que diante do crescimento do aeroporto, a ANAC - Agência Nacional de Aviação está requerendo a mudança imediata para Categoria seis, e o efetivo necessário é de 25 homens.

A elevação de categoria do Aeroporto de Maringá dependa da providência reivindicada, razão pela qual esta Assembleia encarece providências imediatas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO N° 017/10

SÚMULA:

Sugere a implantação do programa Casa Social nas instituições hospitalares do Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - sugere a implantação do Programa Casa Social nas instituições hospitalares do Estado do Paraná.

II - o objetivo do Programa é proporcionar instalações dignas aos acompanhantes de pacientes internados para que os mesmos possam estar próximo ao seu ente querido, facilitando as dificuldades inerentes da internação.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 018/10

SÚMULA:

Sugere a pavimentação de parte da Rodovia Rural PR-454, referente ao trecho Entroncamento da PR-317 à Estaca 175.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - pavimentação de parte da Rodovia Rural PR-454, referente ao trecho Entroncamento da PR-317 à Estaca 175.

II - a apresentação da presente indicação, objetiva atender inúmeras solicitações da população de Maringá.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 019/10

SÚMULA:

Solicita a expansão da rede elétrica até a comunidade denominada Acampamento Nova Esperança no Município de Guairaça.

Ao Sr. Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

Considerando:

1) Que algumas famílias vivem em situação precária em área pertencente ao Estado do Paraná, formada por sobras da Vila Rural Santa Terezinha;

2) Que a energia elétrica vai somente até o início do Acampamento;

3) Que nas famílias integrantes da comunidade a sua maioria é criança e adolescente;

4) Que esta comunidade vive a mais de 11 (onze) anos na localidade, sem que qualquer medida fosse tomada para a expansão da rede elétrica;

5) Que embora o Governo tenha como intenção levar energia elétrica a todos os paranaenses esta comunidade ficou esquecida;

6) Que os moradores enviaram lista com a identificação dos moradores do Acampamento.

Solicita:

1) O atendimento urgente do pleito de expansão da rede de energia elétrica para o atendimento do Acampamento Nova Esperança no Município de Guairaça.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 020/10

SÚMULA:

Solicita a execução de manutenção e melhorias na rodovia BR-158, trecho que liga os Municípios de Campo Mourão a Roncador.

Ao Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

Considerando:

1) Que essa rodovia não está pavimentada e é de responsabilidade do DER;

2) Que a rodovia atende ao escoamento de safra agrícola;

3) Que o trecho apresenta erosão, grandes buracos, principalmente na região de Campina do Amoral;

4) Que o trânsito de veículos, principalmente caminhões, está prejudicado pelo mau estado de conservação da rodovia;

5) Que lideranças do meio agrícola estão solicitando providências urgentes.

Solicita:

1) O envio urgente de maquinários do DER para a manutenção da rodovia BR-158 (Campo Mourão a Roncador) principalmente na região Campina do Amoral.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 021/10

SÚMULA:

Sugere ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que sejam adotadas medidas, em caráter de urgência, para aumentar o efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil no Município de Araucária/PR.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando no que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, propõe as autoridades acima citadas, que sejam adotadas medidas, em caráter de urgência, para aumentar o efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil no Município de Araucária/PR.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Araucária possui o segundo PIB *per capita* do Paraná, contribuindo para a geração de riquezas e o desenvolvimento do Estado. O Município é sede de grandes indústrias, entre elas a Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR/PETROBRAS. A REPAR passa por uma grande ampliação com investimentos em torno de 09 (nove) bilhões de reais e, nesse momento, um número aproximado de 10 mil trabalhadores, oriundos de diversos Estados da Federação, estão envolvidos em suas obras.

Tal circunstância deve ser considerada sob dois aspectos: de um lado a geração de emprego e a produção de riquezas e de outro, o acréscimo de violência causado pelo inchaço populacional, impulsionando as ocorrências de furtos, roubos, prostituição e até mesmo homicídios.

Aliada a esta situação está à carência no efetivo policial disponível para a região. O número de policiais se mostra insuficiente para atender a demanda. Desta forma, o aumento do efetivo é crucial para garantir a segurança da população e conter a criminalidade.

Considerando a relevância da presente Indicação Legislativa para a população araucariense, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 268

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene Comemorativa aos 317 anos de Curitiba, no dia 25 de março, quinta-feira, às 11h, no plenário.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a solenidade para comemorar os 317 anos de Curitiba, prestando homenagem às personalidades com relevante destaque em suas áreas de atuação que contribuíram ou contribuem para o desenvolvimento de nossa Cidade.

REQUERIMENTO N° 258

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à mesa seja arquivada a Indicação n° 010/10, de autoria da signatária, que sugeria convênio com a INFRAERO.

Cabe salientar que a indicação foi reapresentada, conforme cópia anexa.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

“INDICAÇÃO N° 016/10**SÚMULA:**

Sugere ao Governador do Estado seja firmado convênio para garantir serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndios no Aeroporto Regional de Maringá.

Ao Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, requer à mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, sugerindo ao mesmo que firme convênio com a Terminais Aéreos de Maringá - SBMG S/A, nos mesmos moldes do que foi assinado com a INFRAERO, o qual é vigente no corrente ano, disponibilizando efetivo de 25 bombeiros militares para o SES-CINC - Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio do Aeroporto Regional de Maringá.

O Aeroporto Regional de Maringá conta com nove homens no respectivo efetivo, situação que o classifica na Categoria cinco, nível de proteção contra incêndios e que diante do crescimento do aeroporto, a ANAC - Agência Nacional de Aviação está requerendo a mudança imediata para Categoria seis, e o efetivo necessário é de 25 homens.

A elevação de categoria do Aeroporto de Maringá dependa da providência reivindicada, razão pela qual esta Assembleia encarece providências imediatas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 275

Senhor Presidente:

Comunico que em 24/02/10 estarei representando a Assembleia Legislativa do Paraná em Audiência Pública sobre Reserva Biológica organizada pelo IBAMA, IAP/PR e Instituto Chico Mendes na Cidade de Antonina/PR. Justificando assim minha ausência na Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO N° 240

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui, respeitosamente REQUERER votos de pesar, a família Samaha, pelo falecimento do Sr. Georges Samaha, ocorrido no dia 22/02/10, no Município de Piraquara. Pai do Prefeito de Piraquara, deixa viúva a Sra. Olga Skaf Samaha.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 241

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, à família Oliveira pelo falecimento da Sra. Valfredina de Oliveira, ocorrido no dia 06/02/10, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia à Sra. Marise de Oliveira.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 250

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja enviado voto de pesar à família do Sr. Georges Gebrail Samaha, falecido em Piraquara aos 80 anos, deixando a esposa Sra. Olga Skaf Samalha e os filhos, Gabriel Jorge Samaha Prefeito Municipal de Piraquara, Michel, Nabi e Salma.

À família enlutada, esta Assembleia Legislativa apresenta sinceras condolências e roga a Deus que lhes dê conforto neste momento de profunda dor.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 262

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar na ata dos trabalhos da presente Sessão, pelo falecimento na última segunda-feira dia 22 de fevereiro, na Cidade de Piraquara-PR, do Sr. Georges Gebrail Samaha, com 80 anos de idade, que deixa sua esposa Olga Skaf Samaha e os filhos Gabriel, Michel, Nabil e Salma.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO N° 272

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Hiromiti Shimada, da

família tradicional de São Sebastião da Amoreira, no Norte do Estado, fruticultor de profissão, com 52 anos de idade, na ocasião d.o seu falecimento, no último dia 04 de fevereiro, prestava o seu serviço em Província de Shiga no Japão.

Hiromiti Shimada era filho do Sr. Takumi Shimada, e da Sra. Toshiro Shimada. Deixa viúva a Sra. Akemi Shimada e 02 (dois) filhos; Tuissa Yukari Shimada e Teji Shimada.

À família enlutada os meus mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 273

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade á família pelo falecimento do Sr. Georges Gebrail Samaha, pai do Prefeito de Piraquara, Gabriel Jorge Samaha, ocorrido na última segunda-feira, dia 22 de fevereiro.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Vítima de infarto, o comerciante Georges Samaha deixa um legado de vida nesses 80 anos de vida. Natural do Líbano, escolheu o Paraná para viver e constituir família, tendo o filho Gabriel, o Gabão, seguindo carreira política, e hoje, Prefeito do Município de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba.

Estendo votos de pesar e solidariedade aos familiares, em especial à esposa Olga Skaf Samaha e aos filhos Gabriel, Michel, Nabil e Salma.

Requer ainda que seja dada ciência à família, em nome do Prefeito de Piraquara, Gabriel Jorge Samaha, através de correspondência.

REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Ministro Gilmar Mendes e ao Ministro Gilson Dipp, pela realização em todo o País do Programa de Mutirões Carcerários, ação coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com o objetivo de reexaminar processos criminais, de presos provisórios e condenados, para verificar o cumprimento das penas e prevenir irregularidades.

No Paraná, participarão do mutirão 34 Juízes, 26 promotores, 30 advogados, 41 servidores e 15 oficiais de Justiça. Os integrantes do mutirão serão divididos em quatro polos regionais: o primeiro reúne Curitiba, a Região Metropolitana e Litoral; o segundo, Londrina e Maringá; o terceiro, Foz do Iguaçu, Cascavel e Francisco Beltrão; e o quarto, Ponta Grossa e Guarapuava.

Também participam da organização dos mutirões o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e os Tribunais de Justiça dos Estados. Desde o seu início, em agosto de 2008, os mutirões foram responsáveis pela liberação de quase 19 mil pessoas em todo o País.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 239

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a Universidade Estadual de Maringá - UEM, pelas comemorações dos seus 40 anos de fundação.

Criada em 1969, a UEM veio suprir uma grande necessidade de Maringá e Região Noroeste, que era atendida pelas Faculdades Estadual de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá.

A lei que autorizou a criação da Universidade Estadual de Maringá, de nº 6034, de 06/11/69, e pelo Decreto Estadual nº 18109 de 28/01/70 a criou em forma de fundação.

Em 1999 foi lhe dada, embora de forma experimental a autonomia desejada pela sua administração e pelo seu corpo docente.

A história, a devoção de seus administradores, a experiência e o aperfeiçoamento contínuo de seu corpo docente, fez da UEM uma das mais conceituadas universidades do País, razão da constituição de um corpo discente heterogêneo - formado por jovens e adultos de todos os Estados do País, inclusive de outros Países.

Salve a UEM, pelos seus 40 anos de criação e preparação dos jovens para serem cidadãos brasileiros da melhor qualidade.

Requerem, ainda, seja reservado o Grande Expediente, da Sessão Plenária, em data a ser combinada com a Reitoria da Universidade Estadual de Maringá, para que a palavra seja concedida ao seu Reitor Décio Sperandio e ao Vice-Reitor Mario Luiz Neves de Azevedo, quando exporão aos Srs. Deputados a história, as dificuldades e as vitórias da UEM.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(aa) CIDA BORGHETTI, ENIO VERRI, LUIZ NISHIMORI, DR. BATISTA e WILSON QUINTEIRO.

REQUERIMENTO Nº 242

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Sra. Jeane Nogaroli Guioti, enviando-lhe voto de congratulações em razão da indicação ao Prêmio Acim Mulher 2010.

A solenidade acontecerá no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher em Maringá.

Jeane Nogaroli Guioti, Vice-Presidente do Conselho Consultivo do São Francisco Supermercados e à frente da organização não governamental criada na década passada para aproveitar papelão e ossos de animais que se tornou a responsável pela implementação do plano de gerenciamento de resíduos.

Essa Assembleia congratula-se com o nomeado, desejando-lhes sucesso.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 243

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Procurador Geral da Justiça do Paraná Olympio Sotto Maior Neto, enviando-lhe voto de congratulações, em razão da eleição ao cargo de Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público.

O órgão tem a função de defender os princípios, prerrogativas do MP, assim como de promover intercâmbio de experiências entre as instituições.

Essa Assembleia congratula-se com o nomeado, desejando-lhes sucesso na nova atividade.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 249

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Presidente do Município de Campo Largo, Edson Darlei Basso, e ao Presidente da Câmara, Vereador Sergio Schmidt, em razão do 139º Aniversário do Município.

A comunidade campo larguense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 251

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações ao Juiz Anderson Furlan pela sua posse na Associação dos Juizes Federais do Paraná (APAJUFE).

Anderson Furlan, 35 anos, Juiz Federal titular em Maringá, já foi Vice-Presidente da APAJUFE em 2004 e 2005.

Os votos desta Assembleia Legislativa são de muito sucesso para todos os integrantes da nova diretoria, honrando a nobre classe representada.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 269

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações pela posse da nova diretoria da Associação dos Juizes Federais do Paraná (APAJUFE) na qual o Juiz Anderson Furlan preside.

O Juiz Furlan, de 35 anos, Juiz Federal titular em Maringá, já foi Vice-Presidente da APAJUFE em 2004 e 2005. Com ele foram empossados o Vice-Presidente Marcelo Malucelli e os diretores Nicolau Konkel Júnior, Márcia Vogel de Oliveira, Décio José da Silva e Vladimir Passos Freitas, diretor da Escola da Magistratura Federal.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 244

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Regina de Barros Correia Casillo.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Regina de Barros Correia Casillo nasceu e viveu no Rio de Janeiro até 1970, quando se casou e mudou para Curitiba. Possui um vasto currículo, que reúne livros, exposições e inúmeros prêmios. Formada em Direito pela PUC - Rio de Janeiro, foi professora (de 1972 a 1977) de Direito Romano na PUC - PR, em Curitiba. Regina também foi fundadora, diretora e professora do Curso de Atualização da Mulher de 1973 a 1976. Além disso, é sócia fundadora do Conselho Permanente da Mulher Executiva da ACP, da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba - BPW e de outras entidades profissionais e beneficentes.

A primeira mulher a integrar a Diretoria do Clube Curitibano, sendo Diretora de Cultura. Em 1995, recebeu o prêmio de Mulher Pioneira na Cultura pelo Conselho Estadual da Condição Feminina. Ganhou também o Troféu Destaque Empresarial 1997 pela Associação Comercial do Paraná. Recebeu o importante título de Cidadã Honorária de Curitiba, em 04/11/97. Regina de Barros participou da Feira Internacional de Rouen na França, sendo responsável pela Montagem, Curadoria, Exposição e Monitoria do stand do Paraná. Foi nomeada Membro do Conselho Estadual da Condição Feminina da Secretaria de Justiça do Estado do Paraná.

Integrou o Colégio Eleitoral do Grande Prêmio Cinema Brasil promovido pela Secretaria do Audiovisual de Ministério da Cultura em 200 e em 2001. Em maio de 2000 e em abril de 2001 integrou o Colégio Eleitoral do Prêmio Multicultural Estadão 2000, 2001 e 2002. Regina lançou seu livro "Pintores Contemporâneos do Paraná"

em Curitiba no dia 27/10/00. Em 27/05/01 lançou o livro "Poty, o lirismo dos anos 90". Em março de 2002 foi convidada a compor o Conselho Deliberativo da Fundação Cultural de Curitiba. Recebeu as insígnias e o Diploma da ordem do Rio Branco, no grau de oficial no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 12/06/02. Em 30/07/02 lançou em Curitiba, no Solar do Rosário, o livro Pintores Contemporâneos do Paraná volume II. Regina Casillo tem coordenado diversas exposições sobre Direitos Humanos no Solar do Rosário, em Curitiba, e também em Florianópolis e em Joinville.

Em 17/03/03 Regina foi escolhida para receber o diploma "Mulher - Promotora de Cultura" pelo Centro Paranaense Feminino de Cultura. Recebeu também, o Certificado da Secretaria de Estado da Cultura como reconhecimento pela relevante atuação em prol do Patrimônio Cultural do Paraná.

Ao longo dos anos vem realizando várias exposições de artistas paranaenses com catálogos, integrantes do projeto Exposições Anuais do Solar do Rosário. Recebeu ainda medalha de prata e diploma do Prêmio Literário Internacional Marengo D'Oro, na categoria especial de estrangeiros, colocando-se como finalista do prêmio "speciale" obra de arte, pelo livro Poty, o lirismo dos anos 90, no Centro Culturale Maestrale e Salão Literário San Marco de Sestrilevante em Gênova, região da Ligúria, na Itália.

REQUERIMENTO Nº 245

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Pedro Luiz de Paula Netto.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Pedro Luiz de Paula Netto, é natural de Rio Negro, Paraná, é casado com dona Vilma, tem dois filhos, aposentado como Auditor a Secretaria Estadual da Fazenda do Paraná. Hoje empresário contador, Escritório de Contabilidade Contardi, em Curitiba. Possui 14 funcionários, atuando no mercado há vários anos em Curitiba, com dedicação e desvelo atendendo clientes e fornecedores.

Sempre discreto e tentando anonimato, Pedro Luiz, se destaca na comunidade pelos relevantes serviços sociais prestados a população carente, fornecendo alimentos para Associação Santa Rita de Cássia, através dos quais arrecada expressivos fundos para a continuidade dos serviços assistenciais da referida associação, mantenedora de várias famílias necessitadas.

Com recursos próprios executou a perfuração de poços artesianos no Município de Pérola e suas respectivas ligações, e vários equipamentos para entidades carentes.

REQUERIMENTO Nº 246

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao Tenente Enéas dos Santos Pinto, do 20º Batalhão de Infantaria Blindado (BIB), pelos serviços prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 253

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, para que sejam enviadas informações sobre a restauração asfáltica da Rodovia PR - 092, no trecho entre os Municípios de Arapoti e Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 255

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações da Casa Civil, através de seu Chefe, Exmo. Sr. Rafael Iatauro, sobre esclarecimentos a serem prestados pela APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - no seguinte sentido:

1) Quais são os estudos realizados pela APPA para solucionar os problemas ambientais causados pela Usina Hidrelétrica Governador Parigot de Souza, que tem contribuído para o assoreamento da baía de Antonina?

2) Em caso positivo, fornecer cópia dos estudos, e todo o processo existente acerca do assunto.

Na certeza da importância das informações para a comunidade local, espera-se imediato apoio e unânime aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 256

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações da Casa Civil, através de seu Chefe, Exmo. Sr. Rafael Iatauro, sobre esclarecimentos a serem prestados pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná - no seguinte sentido:

1) Quais são os estudos realizados pelo IAP para solucionar os problemas ambientais causados pela Usina Hidrelétrica Governador Parigot de Souza, que tem contribuído para o assoreamento da baía de Antonina?

2) Em caso positivo, fornecer cópia dos estudos, e todo o processo existente acerca do assunto.

Na certeza da importância das informações para a comunidade local, espera-se imediato apoio e unânime aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO N° 247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio do pedido de auditoria do Município de Balsa Nova, conforme motivação adiante exposta.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O requerimento em questão, conjura em obter esclarecimentos sobre:

1 - Verificação na contratação das empresas que coletam o lixo;

2 - Averiguação do quadro de advogados pela Prefeitura e suas funções, justificando se a quantidade é necessária ao Município de Balsa Nova, bem como os valores direcionados ao pagamento dos contratados;

3 - Prestação de contas de todos os eventos realizados no Município, ao qual atribui o uso do nome do Poder Público, como grandes festas. Com juntada de comprovantes de gastos.

4 - Comprovação do quadro de funcionários, e suas devidas colocações.

5 - Destacando-se por vir, inúmeras denúncias que chegam ao meu gabinete.

Para tais prestações, motiva-se o artigo 70 da Constituição Federal e artigo 74 da Constituição Estadual, bem como, os princípios Constitucionais da Administração; princípio da publicidade, moralidade, legalidade e transparência.

Nada mais tendo a manifestar, posto aqui meus fundamentos.

REQUERIMENTO N° 267

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa, na forma prevista na Resolução n° 013/07 desta Assembleia, a entrega do Prêmio Maria da Penha, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, no dia 23 (vinte e três) de março de 2010, à Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Exma. Sra. Nilcéia Freire, conforme dados biográficos anexos.

Requer, outrossim, seja deferida a entrega da premiação no Município de Maringá, onde a Ministra cumprirá agenda na referida data.

Cabe salientar que a Ministra de Estado implantou no País o sistema de casas de abrigo, destinados a apoiar mulheres vítimas de violência doméstica.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Nilcéia Freire

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Nilcéia Freire (Rio de Janeiro, 14/09/53) é uma acadêmica e pesquisadora brasileira.

Foi reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro até 2003, quando deixou o cargo para assumir a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Durante sua gestão da reitoria, a UERJ implantou o polêmico sistema de cotas que reserva vagas para alunos negros de baixa renda e formados por escolas públicas.

Em julho de 2004 realizou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que reuniu mais de 120 mil mulheres de todo o país e, em consequência dessa mobilização, publicou, no final de 2004, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Nilcéia Freire, nascida no Rio de Janeiro, Brasil em 1952. Ocupa desde fevereiro de 2004 o cargo de Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SOM). Nilcéia é médica e professora universitária, tendo se graduado na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro de 1978. É divorciada e mãe de dois filhos. Como titular da SPM é a delegada brasileira frente à Conferência Regional sobre a Mulher Latino-americana e Caribenha (CEPAL-ONU), fazendo parte de sua Mesa diretiva. É também a delegada titular do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres (OEA) a qual presidiu de outubro de 2004 a dezembro de 2006.

Também como Ministra da SPM preside o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher desde 2004.

Devido à sua militância no movimento estudantil, foi obrigada a interromper seus estudos indo residir no México, entre 1975 a 1977.

Sua formação pós-graduada iniciou-se com a Residência Médica na FCM/UEJ nos anos de 1979 e 1980. Em 1985 iniciou o mestrado em Zoologia no Museu Nacional da UFRJ, concluído em 1987.

Tanto em sua Residência Médica, quanto no Mestrado dedicou-se ao estudo dos parasitos responsáveis pelas grandes endemias do Brasil, em especial o Schistosoma mansoni, cuja manutenção do ciclo de transmissão entre roedores e humanos foi objeto de sua dissertação de mestrado (concluída em 1987) e de estágio de pesquisa no Museu Nacional de História Natural de Pais, Laboratório de Zoologia de Vermes, em 1984.

E, 1980 foi admitida como docente no Departamento de Patologia e Laboratórios da Faculdade de Ciências Médicas da UFRL, onde ministrou a disciplina de Parasitologia para os estudantes da área biomédica e também participou de inúmeros projetos de pesquisa, destacando-se o intitulado Esquistossomosi mansoni em

Sumidouro, no Estado do Rio de Janeiro: aspecto ecológicos, epidemiológicos e estudos comparativos entre as cepas isoladas de humanos e roedores, em convênio com a Fundação Oswaldo Cruz e em vigência de auxílio do CNPq, que resultaram em publicações diversas e participações em seminários e congressos, nacionais e internacionais.

Ainda como professora da UFRJ, ocupou diferentes postos de representação política dos docentes desde a estrutura departamental aos conselhos superiores daquela instituição e mereceu, em diferentes ocasiões, homenagens por parte de seus alunos, tendo sido paraninfa dos formados de 1985. A partir de 1988 passou a dedicar-se também à administração universitária, o que a motivou a realizar uma especialização em administração universitária, em 1992, promovida pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e pela Organização Universitária Interamericana com um estágio prático no Canadá a cargo do Instituto de Gestão e Liderança Universitária.

Foi assessora da sub-reitoria de Pós-Graduação e pesquisa da UFRJ de 1988 a 1991 e Diretora de Planejamento e orçamento da Universidade de 1992 a 1995, quando foi eleita, pelo voto direto, Vice-Reitora da Universidade para o período de 1996 a 1999.

Ao final de 1999 foi eleita Reitora da UFRJ para o mandato de 2000 e 2003, sendo a primeira mulher a ocupar este cargo em universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2002, presidiu o Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro e nos seus dois últimos anos de mandato na UFRJ viveu a experiência pioneira da implantação do sistema de cotas para alunos das escolas públicas e afrodescendentes.

Em 23/01/04, a convite do Exmo. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu o cargo de Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 044/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública o Centro de Educação João Paulo II, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Educação João Paulo II, CNPJ 08999188/0001-35, fundado no dia 25/04/07, com sede administrativa à avenida João Gualberto, 1721, conjunto 33, bairro Juvevê, Município de Curitiba, Estado do

Paraná, é uma organização não governamental sob a forma de associação sem fins lucrativos, que tem por finalidade apoiar e promover o desenvolvimento cultural e social de crianças de baixa renda e baixo nível de acesso às oportunidades escolares. As atividades são realizadas no estabelecimento sito à rua Estefano Kavetski, 65, na localidade de Laranjeiras, Município de Piraquara, Estado do Paraná, constituindo-se de ações voltadas ao combate do analfabetismo e estimulação de aprendizagem por meio da arte, comunicação e esporte, valores familiares, morais e cívicos objetivando a construção da cidadania, estimulação e canalização da curiosidade científica das crianças e orientação quanto a sustentação do meio ambiente e preservação da fauna e flora. Desenvolve parcerias com estabelecimentos da rede pública de ensino no sentido de cooperar com a capacitação dos professores da área infantil, e, com universidades e instituições educacionais, busca a atualização permanente das práticas pedagógicas, a fim de tornar-se referência em sua área de atuação, entre outras.

Face o exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pelo Centro de Educação João Paulo II, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 045/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a Sra. Ermida Nezari.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Ermida Nezari, mais conhecida como Irmã Benigna, nasceu em Erechim, Rio Grande do Sul.

Benigna teve uma infância humilde. Seus pais muito religiosos sempre procuraram passar bons exemplos aos seus 10 filhos. Fez o primário em uma Escola Municipal e sempre gostou de ajudar as crianças mais pobres, especialmente os filhos dos índios que trabalhavam para seu pai.

Em seu coração havia um desejo imenso de ser Irmã Religiosa. Foi a maior alegria quando ingressou para internato no Colégio das Irmãs em São Valentin. Seus pais pagavam o internato com mantimentos.

Completando a 4ª série, foi encaminhada para Irati, Paraná, onde completou o ginásio, sempre pensando em ser Irmã Religiosa. Terminando estes estudos ingressou no Postulado por um período de seis meses, sendo depois

encaminhada para o Seminário (noviciado) das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, onde permaneceu durante um ano se preparando para a missão de servir a Jesus Cristo na pessoa dos pobres. Em 1958 foi enviada como Filha da Caridade para São Lourenço do Oeste, Santa Catarina, onde permaneceu durante 17 anos. Trabalhou como professora e como Diretora no Colégio Estadual e no Colégio Santa Maria Goreti, mas sua maior alegria era o trabalho social com crianças e idosos.

Nunca houve hora, nem dia, nem barreira que não enfrentasse, “pois era preciso ajudar os necessitados”. As vilas eram sua moradia, sua vida, além disso, nessa época estava estudando em Pato Branco, Paraná, e se dedicava ao trabalho na escola, na ornamentação da igreja e na organização da liturgia em São Lourenço.

Em 1975 foi transferida para Jacutinga, Rio Grande do Sul, ali continuando como Educadora. Com a comunidade construiu um asilo para escolher as pessoas idosas, abandonadas, e se dedicou à evangelização e à catequese.

Após seis anos de amor e serviço, foi transferida para Campinas do Sul, Rio Grande do Sul, onde se aposentou como professora e passou a se dedicar ainda mais à Evangelização e ao trabalho promocional de pessoas carentes daquela localidade.

Conseguiu, com a ajuda da Casa Mãe, na França, recursos para organizar uma Vila onde vinte e uma famílias conseguiram suas casas. A Vila recebeu o nome de Vila São Vicente de Paulo e em parceria com a Prefeitura conseguiu uma Creche para as crianças mais carentes.

Em 1991 veio transferida para Cianorte, Paraná, para o Recanto dos Velhinhos, dedicando-se às idosas internas.

Após um período de adaptação na Cidade de Cianorte, percebeu que muitos meninos andavam pelas ruas sem destino e expondo-se a situações de risco que os desviavam do caminho do bem. Sentou que não podia ficar só com o trabalho com as idosas, também porque não eram tantas as atividades, sobrando-lhe tempo para dedicar-se a outra causa também necessária e urgente, os meninos e meninas que precisavam de assistência. Fez um trabalho de conscientização com a população, conseguindo alguns voluntários adeptos da mesma causa e com a mesma preocupação, a de fundar uma instituição para acolher e promover os adolescentes necessitados. Surgiu então a Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz.

O início foi difícil, tendo em vista as dificuldades financeiras que eram muito grandes e o número de meninos que procuravam a entidade crescia dia a dia. Eis, porém, que de repente fez-se uma grande descoberta. O povo de Cianorte é muito generoso!

Foi a partir desta generosidade que foi surgindo a construção da sede própria, pois até então o Recanto dos Velhinhos gentilmente cedia espaços para as atividades.

A Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz que tem a Irmã Benigna como Diretora desde a sua criação, em 10/08/92, tem por finalidade principal o

atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de riscos e pobreza na faixa etária de 7 a 17 anos e 11 meses. O atendimento é realizado através de atividades esportivas, lúdicas e artísticas, com cunho educativo.

A entidade tem uma extensão localizada em Vidigal, Distrito Administrativo de Cianorte, que oferece as mesmas modalidades de atendimento para as crianças e adolescentes daquela localidade.

Sempre à frente de todas as atividades, de todas as conquistas, como também de todas as dificuldades encontradas, a Irmã Benigna Nazari, auxiliada, por outras Irmãs, todas pertencentes à Congregação das Irmãs filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, nunca medir esforços para proporcionar um atendimento de relevância para esta parcela da população que originou a criação da entidade.

A Rainha da Paz continua desenvolvendo um trabalho na perspectiva de superação e prevenção de situações de riscos ou pobreza, visando primeiramente proporcionar às crianças e aos adolescentes, espaços e oportunidades para o exercício consciente de sua cidadania, oferecendo alimentação, prática esportiva, recreação, aprendizagem através de oficinas diversas, tendo como critério básico a frequência às aulas e às atividades propostas pela entidade.

Com o incansável trabalho da Irmã Benigna, a entidade pode atualmente oferecer aos seus assistidos diversas atividades, tais como: dança, capoeira, violão, teclado, flauta, bordado, pintura em tecido e tela, floricultura, teatro, xadrez, jogos pedagógicos, artes, artesanato em argila, informática e costura industrial, bem como oficinas de reforço escolar, leitura, espiritualidade e relações interpessoais, complementando a formação recebida através da Escola.

Também é oportunizada à população atendida pela entidade, a participação em projetos específicos que vêm ao encontro de suas necessidades básicas, através de palestras e outros eventos que visam um melhor relacionamento com seus filhos, bem com a conscientização da sua importância como cidadãos dignos de direitos.

Além de todo o trabalho com as crianças e os adolescentes na entidade, a Irmã Benigna continua sua missão, nos finais de semana, fazendo visitas aos idosos e famílias carentes, levando alimentos, remédios e outros objetos necessários para o bom atendimento e melhor qualidade de vida, sempre com o apoio da sociedade de Cianorte, que lhe dá a oportunidade deste atendimento.

Realiza Projetos de Evangelização com as famílias e catequese para adultos, encaminhando-os para os Sacramentos de Iniciação Cristã e legalização do matrimônio.

Sempre à frente de tudo a Irmã Benigna conquistou a confiança e o carinho da sociedade cianortense, bem como dos órgãos públicos, que vêm colaborando para o engrandecimento da entidade.

Irmã Benigna não descansa nunca. É corajosa, é ambiciosa “no bom sentido” porque acima de tudo está a sua missão de religiosa, Filha da Caridade de São Vicente de Paulo e os seus votos de caridade.

PROJETO DE LEI N° 047/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O *caput* do item 140 do anexo 1 do artigo 4°, parágrafo único, da Lei n° 1980/07, passa a vigor com a seguinte redação:

“Anexo I - (...)”

140 - Saída de veículo automotor novo com características para ser dirigido por motoristas portador de deficiência física ou por acompanhante de deficiente físico que por este seja, comprovadamente, responsável, desde que o benefício seja previamente reconhecido pelo Delegado Regional da Receita, mediante requerimento do adquirente, cuja saída do veículo ocorra até 30/04/11 (Convênio ICMS 03/07 e Convênio 158/08).”

Art. 2° Esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo em até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3° As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Quando o Legislador Federal fixou a isenção do IPI e o legislador estadual fixou a isenção do ICMS, incidentes sobre veículos automotores adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, no processo de exegese dessa lei resultou predominante a interpretação mais restrita, daí fixando-se que a lei outorgara isenção tributária na espécie àqueles que são portadores de deficiências físicas que podem dirigir em detrimentos dos portadores de deficiências físicas que lhes impedem de dirigir veículos.

Desta forma, por meio do presente projeto, busca-se estender o benefício de isenção aos portadores de deficiências que não podem dirigir veículos, mas que dispõem de meios e desejam adquirir automóveis por meio das pessoas que com eles convivem e por eles são legalmente responsáveis.

Demais, a pessoa que tem uma deficiência física mais severa, que lhe impede de guiar um automóvel, ainda que adaptado, por óbvio tem capacidade laborativa muito menor do que um deficiente que pode guiá-lo, razão que torna muito mais justa a isenção do ICMS para aquisição de veículos automotivos para essa categoria de deficientes.

Posto isto, contamos com o apoio dos nobres Deputados para a provação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 048/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica alterado o artigo 29 da Lei n° 11054, de 11/01/95, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. São consideradas áreas de preservação permanente as florestas e demais formas de cobertura vegetal situadas:

I - ao longo dos rios ou de qualquer curso de água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínimo seja:

a) para propriedades com até 50 (cinquenta) ha:

1- 5 (cinco) metros para os cursos de água inferiores a 5 (cinco) metros de largura;

2- 10 (dez) metros para os cursos de água que tenham de 5 (cinco) até 10 (dez) metros de largura;

3- 10 (dez) metros acrescidos de 50% (cinquenta por cento) da medida excedente a 10 (dez) metros, para cursos de água que tenham largura superior a 10 (dez) metros;

b) para propriedades acima de 50 (cinquenta) ha:

1- 10 (dez) metros para os cursos de água que tenham até 10 (dez) metros de largura; e

2- 10 (dez) metros acrescidos de 50 % (cinquenta por cento) da medida excedente a 10 (dez) metros, para cursos de água que tenham largura superior a 10 (dez) metros;

II - em banhados de altitude, respeitando-se uma bordura mínima de 10 (dez) metros a partir da área úmida;

III - nas nascentes, qualquer seja a sua situação topográfica, com largura mínima de 10 (dez) metros, podendo ser esta alterada de acordo com critérios técnicos definidos pelo Instituto Ambiental do Paraná -IAP e respeitando-se as áreas consolidadas;

IV - no topo de morros e de montanha;

V - em vegetação de restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VI - nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha ruptura do relevo; e

VII - em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

§ 1° Os parâmetros fixados no inciso I deste artigo não autorizam a supressão de vegetação, submetendo-se as florestas e demais formas de vegetação já existentes nestes locais ao disposto nas demais normas jurídicas relativas ao meio ambiente.

§ 2° As medidas das faixas de proteção permanente a que se refere o inciso I deste artigo poderão ser modificadas em situações específicas, desde que estudos técnicos elaborados pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP justifiquem a adoção de novos parâmetros.

§ 3º Nas áreas de preservação permanente da pequena propriedade ou posse rural é admissível o plantio de espécies vegetais, incluindo frutíferas e medicinais exóticas desde que:

I - não implique no corte da vegetação nativa, salvo manejo sustentável mediante projeto técnico autorizado pelo órgão ambiental competente;

II - o cultivo seja agroecológico, assim considerado aqueles sem a utilização de fertilizantes químicos ou pesticidas químicos; e

III - o plantio seja de forma consorciada ou intercalar com espécies nativas.

§ 4º Não são consideradas de preservação permanente as áreas cobertas ou não com vegetação marginais de:

I - canais, valas ou galerias de drenagem, inclusive os destinados à irrigação, bem como os reservatórios artificiais de água para múltiplo uso com fins agrícolas e pesqueiras e talvegues que não compõem leito de cursos de água natural;

II - canais de adução de água: e

III - curso de água natural regularmente canalizado.

§ 5º O responsável pelo desvio de curso de água devidamente licenciado deve manter a correspondente área de preservação permanente, considerando a nova confrontação do curso de água.

I - Se a nova área de preservação permanente atingir imóvel terceiro, deve-se constituir servidão, nos termos da legislação específica.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de alterar a Lei Florestal do Estado do Paraná, procurando adaptá-la a uma legislação mais moderna e abrangente, trazendo benefícios ao produtor rural do nosso Estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 049/10

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta, fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário, inclusive preferência de tramitação de processos administrativo, para:

I - portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson,

espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada;

II - pessoa portadora de deficiência, que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra como deficiência física.

Art. 2º Para efeito desta lei entende-se como deficiência física qualquer alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostemia, amputação, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Art. 3º Para obter o atendimento prioritário previsto nesta lei os interessados deverão obter laudo pericial emitido pela Junta Médica do Estado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa, dar atendimento prioritário na Administração Pública e instituições financeiras, para as pessoas que especifica.

Nós, Parlamentares, temos a missão de corrigir as injustiças na sociedade e dar melhores condições aquelas pessoas que detém menor expectativa de vida.

Essas mesmas pessoas, tem que ter um tratamento diferenciado por parte do Estado, para que se não resolver, possa ao menos amenizar uma situação financeira ajudando em seu tratamento.

Não poderíamos esquecer daquelas pessoas que passam uma vida inteira, muitas vezes discriminadas, marginalizadas por possuírem algum tipo de deficiência física.

É verdadeiramente o exercício do princípio da dignidade humana.

Da mesma forma, é a nossa intenção de estender tal benefício para todas as pessoas que detém idade igual ou superior a 60 anos e cinco anos.

Mais uma vez, citando o Congresso Nacional, ao qual promulgou a Lei nº 10173, de 09/01/01 (DOU - 10/01/01) - Altera a Lei nº 5869 de 11/01/73 - Código de Processo Civil, para da prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figura como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 046/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° É proibida a limitação de empenho e de movimentação financeira referentes às despesas previstas nos programas de segurança pública, salvo se aprovada pelo Poder Legislativo solicitação, de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, para o contingenciamento, total ou parcial, de dotação.

§ 1° A solicitação de que trata o *caput* deste artigo somente poderá ser formulada dentro do prazo estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e será acompanhada de pormenorizada justificativa das razões de natureza técnica, economico-financeira, operacional ou jurídica, que o impossibilitem a execução.

§ 2° A solicitação pode, ainda, ser formulada a qualquer tempo, nas situações que afetem negativamente a arrecadação da receita ou em situação de calamidade pública de grandes proporções.

§ 3° Em qualquer das hipóteses, as solicitações devem tramitar na Assembleia Legislativa em regime de urgência.

§ 4° A não-execução de programação orçamentária, nas condições previstas neste artigo, implica crime de responsabilidade.

Art. 2° O Poder Executivo deverá encaminhar trimestralmente à Assembleia Legislativa demonstrativo da execução das despesas em Segurança Pública.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/02/10.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está diante de uma oportunidade histórica para derrotar o crime. Com o crescimento econômico e a proximidade de eventos como a Copa do Mundo e a Olimpíada, surge um momento único para revolucionar a segurança urbana. Não é o momento para limitação ou cortes orçamentários na área de segurança pública. Os índices de criminalidade crescem sem parar em nosso Estado. Temos que tomar iniciativas para reduzir os índices de criminalidade, resolvendo problemas de falta de coordenação e colaboração entre os vários órgãos de segurança, muitas vezes por simples problemas originados à estrutura organizacional, às vezes porque há diferença entre as organizações, e nem sempre há vontade de colaborar e se coordenar umas com as outras. Mesmo na Polícia Militar, por exemplo, os praças formam um grupo separado dos oficiais, são classes bastante separadas. É

potencialmente problemático ter diferente classes no serviço. E a Polícia Civil, os seus delegados, são outra classe, são advogados que não trabalharam no patrulhamento ostensivo antes de virar policiais civis. E há os promotores, que são completamente separados disso.

Também existem diferentes níveis educacionais. Somente agora se exige que os policiais civis tenham formação universitária, mas para ser uma praça da Polícia Militar, você precisa de um diploma de ensino médio. Além disso, os oficiais e os chefes de Polícia vêm, muitas vezes, de uma outra classe social. Há muitas diferenças educacionais, de classe e profissionais. Em outros Países detetives, praças, policiais e comandantes são parte da mesma organização. Essas são questões que precisam ser reconhecidas em uma tentativa de melhorar a coordenação, o compartilhamento de informação e inteligência, e isso requer investimentos e não cortes. É o momento para investir na infraestrutura de Segurança Pública. Há uma grande oportunidade, com grande potencial de sucesso. Esta é a hora de o Paraná investir em segurança. Essa é a oportunidade, com a Olimpíadas e a Copa do Mundo se aproximando, de mostrar que o Paraná preza pela segurança de seus cidadãos e visitantes, resolvendo problemas como falta de pessoal, de equipamentos e baixos salários. Em uma democracia, a primeira obrigação de um Governo é garantir a Segurança Pública.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão.

Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, à Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados. Tivemos do dia 18 ao dia 20 o 4° Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Aconteceu em Brasília e teve como objetivo aprofundar as diretrizes do programa de Governo para 2010, assim também como a organização partidária. Nesse congresso também tomou posse o novo Diretório Nacional do PT. E também o fato que motivou e que foi, podemos dizer assim, o ponto principal da pré-candidata, a Dilma, como sucessora do Presidente Lula.

O Congresso contou com a participação de 1 mil 400 delegados durante os três dias, mas no dia 20, quando discutimos então qual seria o nome do PT, foi unânime, e a Dilma vem com o respaldo e com o apoio total do Presidente Lula e de todos os filiados do PT.

Nosso Presidente do PT Estadual, Deputado Enio Verri, Deputados Welter, Tadeu, Péricles, sabem bem o quanto foi importante o debate que aconteceu lá, e principalmente o compromisso que a Ministra Dilma

teve no seu discurso, quando então aclamada como pré-candidata à Presidência da República pelo PT, o compromisso de dar continuidade aos programas sociais do Governo Lula, principalmente as grandes ações que o Governo Lula vem fazendo para que o nosso País tenha mais igualdade. Essa foi a frase da Ministra Dilma: “O meu compromisso é dar sequência, dar continuidade de uma maneira especial aos programas sociais e fazer deste País um País com mais igualdade. É claro que nisso envolve todas as ações que vêm sendo feitas com relação ao Meio Ambiente, Educação, Agricultura, a questão Econômica, com relação, de uma maneira bem especial que é a Habitação, no qual temos um carinho muito grande, e sabemos que no Brasil são milhares de pessoas que ainda esperam, sonham e lutam para ter uma moradia, e o Presidente Lula tem olhado com muito carinho esse lado da questão da Habitação.

São compromissos que a Ministra Dilma, como pré-candidata já assumiu, e com toda certeza fará, tenho certeza disso, na sucessão do então Presidente Lula.

Então, foi um momento importante do Partido dos Trabalhadores nesse dia 20, quando o partido aclamou a nossa pré-candidata.

Deputada Rosane, lá estavam cerca de três mil pessoas participando desse encontro, e para nós, como mulheres, é muito importante, Deputada Rosane, sentimos que pela primeira vez, eu acredito, uma mulher está disputando para valer, não apenas aquilo que denunciávamos, as mulheres sendo colocadas como laranjas. Mas não, a Ministra Dilma é colocada como candidata. E ela vem com muita força, com muito apoio não só do PT, mas dos partidos que hoje compõem a base aliada do Governo Federal e que fazem esse debate da importância da sucessão, da continuidade desse Governo.

Foi um momento muito bom, motivou as nossas lideranças que lá estavam. E com certeza as pessoas que lá estavam voltaram animadas em começar uma campanha para a sucessão do Presidente Lula.

Gostaria também de dizer da nossa alegria que no dia 26 o Governador Roberto Requião vai inaugurar na Região Sudoeste, no nosso Município de Francisco Beltrão, o hospital regional. Um hospital que foi sonhado por muitos, uma luta de muitos anos. Já em 1996 foram entregues as primeiras assinaturas solicitando esse hospital regional. Na época a Vice-Governadora Emília Belinati esteve no Sudoeste, num evento regional, na comemoração dos 10 anos da Organização das Mulheres. Essa semente foi lançada, mas só agora ela deu frutos. Que bom se todos os Governadores olhassem com esse mesmo carinho para a Saúde, como está olhando o Governador Roberto Requião. Com certeza ganha muito o Sudoeste do Paraná, mas ganha também o Estado do Paraná com o atendimento melhor para a Saúde.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Enio Verri. Consulto V. Exa. se deseja fazer uso do horário da sua liderança?

(**Assentimento**)

Então, seu tempo é de 15 minutos.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O fato que me traz hoje a essa tribuna, e digo com muita tristeza, foi o fato que ocorreu hoje na Escola de Governo pela manhã. Não é segredo para ninguém o respeito que, pessoalmente, tenho pelo Governador Roberto Requião. Fui Secretário por três anos e posso dizer, com muita tranquilidade, que é um Governo que tem a característica de um Governo democrático, popular. Um Governo assim como o Governo Lula, preocupado com os mais pobres, que tem como tarefa básica a redução das desigualdades sociais e regionais, tão fortes, e às vezes tão escondidas em nosso Estado. Esse tipo de política pública faz com que olhemos, nós do PT, e aqui falo enquanto Presidente Estadual do PT, inclusive com uma esperança que possamos avançar nessa aliança que estamos construindo, tão firmemente, junto ao PDT, construindo uma política de Governo, um programa de Governo, porque é assim que se faz alianças, não em cima de promessas.

Temos expectativas, com todo respeito pelo Vice-Governador, inclusive estamos juntos nessa aliança com o PT, com o PDT, temos também a PMDB, porque achamos que são políticas em comum, importantes, que podem fazer com que este Estado avance na direção como está avançando, assim como também o Brasil.

Entretanto, hoje pela manhã na Escola de Governo, o Governador Roberto Requião atacou uma das maiores lideranças do PT deste Estado e também deste País, o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo. Não é segredo para ninguém desta Casa os benefícios que o Ministro Paulo Bernardo vem trazendo a este Estado. Não é segredo para ninguém, de qualquer região deste Estado, com recursos, atendendo demandas específicas.

Eu fui chefe de gabinete do Paulo Bernardo e tive a oportunidade de atender vários Deputados, inclusive que estão aqui, que pudemos ajudar. No entanto, parece que esta não é a opinião do Governador Roberto Requião. O que é pior: hoje, na escola de Governo, Deputado Waldyr Pugliesi, ele fez acusações absolutamente infundadas e injustas ao Ministro de Planejamento Paulo Bernardo. Acusações a essas que deram origem à nota que agora vou ler e depois vou repassar à imprensa, sobre o que o Ministro pensa com relação às declarações feitas pelos Governador Roberto Requião, sobre a reunião que ele teve na casa do Governador, em relação à ferrovia Guaraçuava-Ipiranga, que estavam discutindo recursos do PAC.

Vou passar, portanto, à leitura:

(Lê):

Nota sobre as declarações do Governador Roberto Requião

O Governador Roberto Requião faltou com a verdade em seu programa de televisão ao fazer insinuações a respeito do projeto do Governo Federal para a construção de um ramal ferroviário com o objetivo de eliminar o gargalo da ferrovia do porto do Oeste.

Por determinação do Presidente Lula, visitei o Governador Requião, ao lado do então assessor da Casa Civil, hoje Diretor-Geral da ANTT, Bernardo Figueiredo, para apresentar a proposta do Governador Federal e ouvir os argumentos do Governo do Estado.

A proposta federal consistia em construir o ramal via Ipiranga através de uma PPP - Parceria Público-Privada, onde a empresa ALL - América Latina Logística arcaria com os custos da construção e posteriormente descontaria esses valores do que paga anualmente pela concessão à União.

Esta proposta enfrentou resistência por conta do traçado proposto pela ALL. O Governo do Estado e entidades ligadas à engenharia no Estado do Paraná discutiam outro traçado para o ramal.

Em função desses questionamentos, o Governo Federal acatou as sugestões apresentadas, suspendeu a tramitação do projeto de PPP e passou a discutir com o Governo do Paraná a alternativa por ele proposta, qual seja, construção do ramal via Engenheiro Bley, custeado pelo orçamento federal.

Na conversa que tivemos com o Governador Requião, propusemos um entendimento para escolher uma das alternativas. O Governador argumentava que o custo do projeto do Governo Federal, de R\$ 500 milhões, era muito alto e ligou, na nossa frente, para o então Diretor do DER, Rogério Tizzot, indagando o valor do projeto estadual. A resposta: R\$ 500 milhões, ou seja, o mesmo valor do projeto do Governo Federal que era então questionado pelo Governador.

Essa discussão se estende por mais de quatro anos, sem solução. A estimativa atual de custo para o projeto apresentado pelo Governo do Estado já é de R\$ 750 milhões,

Portanto, mais uma vez: o Governador faltou com a verdade ao afirmar que o valor do projeto seria de R\$ 150 milhões. Este número nunca chegou a ser colocado em nenhuma ocasião.

Também faltou com a verdade ao dizer que o Governo Federal iria repassar o dinheiro para a ALL construir a obra sem pagar; quando, na verdade, para todos que conhecem um projeto de PPP, trata-se da empresa fazer o investimento necessário, com o posterior ressarcimento pela União do valor investido ao longo de vários anos, descontado do valor da concessão.

(a) PAULO BERNARDO SILVA

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Parece-me ...

O Sr. Elton Welter (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nesta manhã ouvi a fala do Governador e, de fato, lamentei. O Governador parece que está com uma birra com o nosso Ministro, que é um Ministro que orgulha o País e que tem feito um trabalho extraordinário, com o reconhecimento do Presidente Lula, na medida em que o convidou para não sair do Ministério porque queria disputar uma cadeira na Câmara Federal. Mostra a confiança política que o Presidente Lula tem no nosso Ministro.

Lamentamos que isso tenha ocorrido na Escola de Governo no dia de hoje. Espero que o Requião reveja essas palavras, porque pela fala do Ministro, e essa carta que o Ministro externou para os paranaenses nesta Casa, que V. Exa. leu, são palavras que o próprio Tizzot tem conhecimento desses valores. E eu ouvi claramente meio que o Governador insinuar que havia algum trambique nessa questão. E os valores não coincidem com os valores do DER e com os do Governo Federal.

O SR. ENIO VERRI (PT)

Obrigado, Deputado.

Concedo um aparte à Deputada Luciana Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Quero me somar ao seu pronunciamento e dizer que nessa hora é necessária a nossa solidariedade como petistas, e até mesmo porque conhecemos bem a pessoa do Ministro Paulo Bernardo, sabemos que é uma pessoa séria e sabemos também do seu esforço, do seu trabalho pelo nosso Estado do Paraná, assim também como reconhecemos todo esse esforço, todo esse trabalho do Governador Roberto Requião. Lamentamos que esse debate esteja acontecendo dessa forma, porque acredito que com isso só temos a perder, nós, o Estado do Paraná. Então, lamentamos que seja dessa forma e fica aqui também a nossa solidariedade ao nosso Ministro Paulo Bernardo.

O SR. ENIO VERRI (PT)

Obrigado, Deputada.

Quero ressaltar aqui que esse tipo de posição não contribui em nada para o desenvolvimento do Estado do Paraná. Não contribui nada para o futuro político de partidos que se dizem próximos e unidos, e principalmente não contribui para o respeito humano. Não se faz política destruindo, a política tem que se fazer com divergências.

Ontem, o Deputado Elio Rusch fez aqui uma interpretação teórica sobre o papel da Oposição, que é a minha e que respeito, e que é o papel que nos é dado nesta democracia. Sou Governo: sou Governo Federal,

sou base do Governo Estadual e acredito que entre nós devemos ser ainda mais solidários do que se fosse em uma relação, como muito bem V. Exa. já colocou, desculpe, nessa relação.

Então, quero deixar claro aqui o nosso mais absoluto descontentamento com essa posição. E quero dizer mais: conversei com o Ministro Paulo Bernardo hoje pela manhã, e ele disse - usando um termo popular, se me permitir a Assembleia Legislativa - de cabeça quente ele não iria fazer nada. Mas, amanhã, com a cabeça mais fria e se sua assessoria jurídica julgar que é passível de se tomar alguma providência, ele vai, sim, processar o Governador, se achar que é necessário, visto que dá a entender em sua declaração que houve indícios de desonestidade. E isso, é lógico, não pode ficar assim.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado, ouço com atenção e tenho acompanhado, através dos meios de comunicação, o comportamento do próprio Governador do Estado do Paraná, que ataca diretamente o Ministro Paulo Bernardo. Não posso me furtar, mesmo sendo de uma linha política contrária, a um partido contrário ao atual comando da Presidência da República, mas o Ministro Paulo Bernardo tem se comportado como um paranaense que defende os interesses dos Estado do Paraná. Sou testemunha na minha Cidade de Ponta Grossa, na região de Tibagi, através de uma rodovia, que há décadas se aguardava a liberação de recursos, e logo que ele assumiu o Ministério liberou os recursos, priorizou uma importante rodovia.

Agora, não consigo entender o Governador do Estado atacando o Ministro, que tanto tem ajudado o nosso Estado do Paraná. Não sei se é a disputa eleitoral que está aí, a mulher do Paulo Bernardo é candidata ao Senado da República, e ele, Roberto Requião, Governador do Estado, também é pré-candidato a Senador da República. Parece-me que ele está tentando trazer para a discussão, para toda essa situação, esse molho político eleitoral deste ano.

Na verdade, digo, repito: o Ministro Paulo Bernardo tem cumprido com o seu dever de paranaense. E não posso deixar de falar também do Ministro da Agricultura, que muito tem defendido o agronegócio no nosso País.

Somo-me ao seu pronunciamento e naturalmente espero que o Governador do Estado do Paraná fale menos e aja mais, defenda o nosso Estado.

Muito obrigado.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Vou procurar contribuir um pouco com o seu pronunciamento. Ouvia as declarações do Governador Roberto Requião hoje na "escolinha", e ao mesmo tempo ouvi as explicações do Ministro Paulo Bernardo.

Conheço o Ministro há muito tempo. Aliás, tive a alegria de tê-lo como meu amigo quando fui Prefeito da Cidade de Santo Antonio do Sudoeste, ele funcionário do Banco do Brasil.

Portanto, é um homem que tem uma ligação estreita com a nossa região também. É um vencedor, porque saiu como um humilde funcionário do Banco do Brasil e chegou onde chegou porque tem competência.

Não consigo conceber essa autoflagelação e destruição das figuras públicas do Estado. Queira ou não, somos adversários políticos, mas respeito o Ministro pela sua história e pelo que tem feito pelo Paraná em termos de recursos. O que me parece é que estamos vivendo um momento político em que a população, como um todo, está enxergando apenas uma coisa: o sepultamento das velhas raposas.

A eleição de Senador assusta, quem sabe. Talvez seja esta a preocupação do Governador Roberto Requião com relação ao Ministro Paulo Bernardo. Mas, acho que é chegado o momento do PT mostrar independência nesta Casa, porque é impossível continuar convivendo com ataques desta natureza.

O SR. ENIO VERRI (PT)

Só quero dizer que não acredito, de maneira nenhuma, que seja preocupação eleitoral do Governador Roberto Requião que tenha motivado esse tipo de coisa. Afinal de contas, temos duas vagas para o Senado, e podemos e esperamos estar juntos e temos condições de fazer isso. Agora, não se constrói parceria política, não se constrói projeto político destruindo os outros. Fazemos projeto político em cima de programas de Governo, em cima de solidariedade e principalmente de diálogo muito fraterno, e muito claro sobre o que é bom para o Paraná e para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, pela ordem.

Só queria solicitar que V. Exa. me inscrevesse para poder responder as palavras ditas aqui pelo ex-Secretário e Deputado Estadual Enio Verri, para deixar público que vou responder de forma bem objetiva essas afirmações que ele fez no horário da Liderança do Governo. Ele não me concedeu um aparte, fez um monólogo, lamentavelmente. Mas, tenho a dizer que o Governador Requião é uma pessoa que pode ter 1 milhão de defeitos, só não é leviano.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

V. Exa. está inscrito no horário da Liderança do Governo.

Ainda no horário do Pequeno Expediente, próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa nosso amigo Ivan, câmera, ligado à região de Londrina, uma ligação profunda com a Cidade de Londrina. Os companheiros da imprensa sabem daquilo que estou falando por tabela. Um abraço ao Prefeito Barbosa Neto lá em Londrina, que sempre está nos acompanhando pela televisão. O Ivan trabalhou conosco na televisão, fez um grande trabalho, não é Ivan?

Mas, Sra. Presidente, quero hoje repercutir um pouco mais este tema envolvendo os altos salários do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. E ontem esta Casa aprovou um requerimento, que acho de muita importância, que solicita ao Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Conselheiro Hermas Brandão, cópia do Relatório nº 115.192/09, relativo ao quadro funcional. E ao mesmo tempo pede que seja mandado a esta Casa aquilo que o Tribunal de Contas remeteu em 2007, o parecer que deu nas contas do Tribunal de Justiça, que lá ele já determinava que havia supersalários e que o Tribunal de Justiça deveria, imediatamente, resolver aquela situação.

E de 2007 para cá, estamos em 2010, Deputado Neivo, o Tribunal de Justiça não tomou as providências. Pelo menos é o que diz o colunista Celso Nascimento, que chama atenção do Parlamento do Paraná e chama atenção dos Poderes, porque está sob o comando desse jornalista, ele tem uma cópia do relatório que diz que o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná sabia que havia irregularidades e não tomou providências. Tanto é que a própria Gazeta do povo abriu manchete, no dia 19, mostrando salários verdadeiros, salários mirabolantes que estão recebendo alguns membros do Tribunal de Justiça.

E deixar muito claro aqui, ontem o Deputado Tadeu Veneri falou de não generalizar quando se fala do Tribunal de Justiça ou dos outros Poderes, está se responsabilizando quem? O ordenador da despesa. Todo mundo que trata de coisa pública sabe que o ordenador de despesa é o responsável por tudo que ocorre na ala daquele Poder. Ele é o responsável. Então, não se está a atacar o Tribunal inteiro, está a se dizer que o Tribunal que julga os agentes políticos, que muitas vezes os condena por pequenos erros administrativos, erros que poderiam ser corrigidos, muitas vezes se tira o direito político de alguns agentes, mas o mesmo Tribunal, para si próprio, faz de conta que nada aconteceu. E a prova disso é esse protocolo que haverá de vir a esta Casa e que caberá ao Tribunal de Contas, Deputado Cheida, trazer a esta Casa cópia completa desse procedimento...

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

... Então, Srs. Deputados, abre um precedente muito grande. Quando um Prefeito tem suas contas rejeitadas no Tribunal de Contas ele fica inelegível; agora,

como é que o Tribunal de Contas diz que há ilegalidade e altos salários no maior Poder deste Estado e, de repente, aprova as contas desse Tribunal?

É isso que quero perguntar, não estou aqui acusando ninguém, só queria saber: mas se é um Prefeito, se um Prefeito comete algo parecido, contas rejeitadas, recurso de revista, recurso pleno, recurso não sei mais o quê, mas e estas contas de 2007 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, elas foram aprovadas? O Tribunal de Contas sabia que existiam supersalários, sabia que alguns ganhavam demais, acima do teto constitucional? Que medidas tomou o Tribunal de Contas? Pelo que o jornalista diz, o então Presidente Nestor Baptista comunicou ao Presidente do Tribunal de Justiça, mas como é que foi esta comunicação? Verbal, oficial, foi nos autos, foi no processo, foi na prestação de contas? Isso nos intriga no momento.

Concedo o aparte ao Deputado Neivo.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Jocelito, V. Exa., deve se dirigir à Comissão de Tomadas de Contas desta Casa. O Tribunal de Contas remete à Comissão de Tomadas de Contas, que elabora um parecer seguindo o parecer técnico do Tribunal de Contas. Em última análise, esta Casa é que aprova ou rejeita as contas. Então, acho que V. Exa. deve se dirigir à Comissão de Tomadas de Contas desta Casa e requerer, na fase em que se encontram os processos junto ao Tribunal de Contas que terá todos esses dados elucidados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu já requeri na Sessão Plenária ontem aqui a cópia desse protocolo, mas aceitaria a ajuda de V. Exa., se puder me ajudar, pela experiência que tem em localizar esses processos, porque acho de suma importância debatermos isso aqui!

O Tribunal de Justiça sabia dos altos salários desde 2007, prova disso mudou-se o Presidente e os salários continuaram elevados! Eu perguntaria: imagine, Sr. Presidente, se aqui na Assembleia tivesse um funcionário que recebesse como alguns desses estão recebendo, o que seria da Assembleia Legislativa do Paraná? Imaginem se aparecesse nosso copeiro aqui, nosso garçom ganhando 70 “paus” por mês, se aparecesse o faxineiro ganhando 10 mil, o que seria desta Casa?

Então, precisamos discutir, não nos omitirmos e fazer as perguntas. O que vai responder o Tribunal de Contas que aprovou as contas desde 2007, sabia do superfaturamento e que medidas tomou? Ou só toma contra os Prefeitos?

No próximo capítulo dessa história: os elevadores do Tribunal de Justiça. Sabia, Deputado Belinati, V. Exa. responde lá alguns processos, alguns erros acontecem, V. Exa. já foi condenado, nós também estamos brigando aí, agora, superfaturar um elevador poder? Pode um Poder superfaturar um elevador?

Aguardem, são cenas do próximo capítulo desse caso que mostra em muitas vezes julga e não segue o que diz a lei! E o Paraná precisa ficar atento, não ter medo de enfrentar esse debate!

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero fazer um registro aqui em nome do PPS, lamentar a perda do Georges Gebrail Samaha, comerciante 80 anos e era pai do Prefeito de Piraquara Gabriel Jorge Samaha, o conhecido Gabão. O seu pai foi vítima de infarto deixou esposa e os filhos. Nossos votos de condolências a família do Prefeito Gabão.

Recebi um documento dos Vereadores Claudineo Pedro de Mello e Maria do Carmo Ferreira de Lima de Aguiar do Município de Guairaçá. Eles descreveram uma situação pedindo apoio do Governo do Estado. Quero fazer esse registro:

(Lê):

O Diretório do PPS - Partido Popular Socialista - de Guairaçá/PR, por intermédio de seu Presidente Elson da Silva Greb, e também dos Vereadores Claudineo Pedro de Mello e Maria do Carmo Ferreira de Lima Aguiar, vem com muito respeito a presença de V. Exa. expor e ao final requerer o que segue:

Algumas famílias de nossa comunidade vivem acampados em uma área que pertence ao Estado do Paraná, ou seja, vivem em uma área aonde é sobra de terras da Vila Rural Santa Terezinha, sendo que suas casas e barracos de lona estão situados como confinantes da Vila Rural Santa Terezinha na Cidade de Guairaçá - Acampamento Nova Esperança.

Acontece que são mais de 15 famílias vivendo em estado precário, tendo em vista que não tem energia elétrica em suas residências, apesar de serem vizinhos da Vila Rural e ficarem a poucos metros da rede elétrica. Aliás a rede elétrica tem o seu fim dentro do acampamento dos mesmos.

Estas famílias, a maioria crianças e adolescentes, vivem já há 11 anos neste local e até hoje não foi tomada nenhum tipo de medida para trazer o mínimo de conforto para os mesmos.

De certa forma o programa do Governo de levar a todos os paranaenses ficou esquecido pelos Governos passados e principalmente pelo atual em nossa Cidade.

Seguem nominados alguns destes cidadãos.

<i>Nome</i>	<i>DN</i>	<i>RG</i>	<i>CPF</i>	<i>Título de Eleitor</i>
<i>Daiane Ferreira de Lima</i>	<i>24/04/87</i>	<i>9.877.212-0</i>	<i>060.832.249-00</i>	<i>089627300604</i>
<i>Roberto Carlos Fernandes dos Santos</i>	<i>01/07/85</i>	<i>10.869.399-1</i>	<i>072.545.579-92</i>	<i>0085289410680</i>
<i>Durval Elóy de Santana</i>	<i>02/03/34</i>	<i>159.096</i>	<i>151.245.339-00</i>	<i>-</i>
<i>José Laureci Bueno</i>	<i>01/09/58</i>	<i>4.611.395-0</i>	<i>631.591.049-15</i>	<i>058503160612</i>
<i>Antonio Fernandes dos Santos</i>	<i>15/03/46</i>	<i>2.756.034</i>	<i>776.997.429-15</i>	<i>060534900671</i>
<i>Silvino Walchak</i>	<i>15/04/78</i>	<i>9.146.785-2</i>	<i>039.456.419-77</i>	<i>076486470680</i>
<i>Vicente Taveira Machado</i>	<i>12/08/44</i>	<i>8.960.426-5</i>	<i>502.502.211-87</i>	<i>05601530604</i>
<i>Artênio Walchak</i>	<i>17/05/52</i>	<i>9.624.494-0</i>	<i>049.464.579-25</i>	<i>080974920698</i>
<i>Salete Dutra</i>	<i>18/05/64</i>	<i>1.684.182</i>	<i>511.872.219-53</i>	<i>076486330620</i>
<i>Maria de Fátima da Silva</i>	<i>13/05/66</i>	<i>8.734.086-4</i>	<i>009.193.449-41</i>	<i>076492490647</i>
<i>Sebastião Ferreira Alves</i>	<i>30/04/51</i>	<i>8.763.121-4</i>	<i>634.439.106-53</i>	<i>076469620604</i>
<i>Cleuvir Moraes Ferreira</i>	<i>08/07/89</i>	<i>12.618.888-9</i>	<i>069.691.549-98</i>	<i>-</i>
<i>Iraci Lurdes Levadosk</i>	<i>15/01/60</i>	<i>8.505.760-0</i>	<i>035.357.939-47</i>	<i>076490040612</i>
<i>Sebastião Fernandes dos Santos Neto</i>	<i>12/07/62</i>	<i>9.261.159-0</i>	<i>069.824.479-60</i>	<i>-</i>
<i>Jacira Ates de Sá Maximo</i>	<i>25/07/75</i>	<i>5.720.144</i>	<i>069.824.469-99</i>	<i>-</i>
<i>Rosimar Ferreira da Silva</i>	<i>02/10/93</i>	<i>10.712.944-8</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Cirso Rodrigues dos Santos</i>	<i>15/09/58</i>	<i>2.248.319</i>	<i>433.880.439-49</i>	<i>071395100655</i>
<i>Crescêncio dos Santos</i>	<i>21/12/47</i>	<i>7.127.332-6</i>	<i>036.057.519-62</i>	<i>080967700612</i>

Por todo exposto, requeremos seja por parte de V. Exa. tomada frente para que possamos levar aos cidadãos acima nominados e suas famílias, energia elétrica, trazendo assim o mínimo conforto possível.

(aa) **ELSON DA SILVA GREB**

Presidente do PPS

MARIA DO CARMO F. DE L. DE AGUIAR

Vereadora

CLAUDINEO PEDRO DE MELLO

Vereador

Estas famílias representadas por essas Lideranças que citei, precisam de apoio do Governo do Estado. Estamos fazendo essa indicação legislativa para que chegue ao conhecimento do Governador e da COPEL, para que levem a essas famílias na área rural o acesso a energia elétrica. Esse é o nosso registro, deixar aqui o pedido, vou pedir, vou pedir apoio dos Srs. Deputados para que aprovelem essa nossa indicação. Vamos todos sermos parceiros dessas famílias, porque elas precisam. E para se saber o valor da energia elétrica é só quando não temos o acesso a energia elétrica, quando as famílias ficam no escuro ao entardecer e não só pelo fato de ficar no escuro à noite, mas por não ter condições de ter uma geladeira, uma televisão, nenhum eletrodoméstico, enfim, o conforto necessário que a família precisa. E o Governo do Estado tem o Programa Luz Fraterna.

Então, só deixar aqui o registro do nosso pedido para atender essas famílias de Guairaçá, reforçando que é um pedido dos Vereadores Claudineo Pedro de Mello e Maria do Carmo Ferreira de Lima Aguiar, e também do líder comunitário Elson da Silva.

Está feito o registro e agradeço, Sra. Presidente e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sra. Presidente Deputada Cida Borghetti, Deputados Jonas, Deputado Dr. Batista, nobres colegas, visitantes e paranaenses do comitê de imprensa ou através da Rede MERCOSUL de Televisão ou da TV SINAL.

Recebo o Jornal do Estado mostrando aqui o lançamento da pré-candidatura do Beto Richa, Prefeito de Curitiba, ao Governo do Paraná.

Do jornal Diário Popular está aqui: *Crianças recolhem 75 quilos de lixo na Ilha do Mel*. Então, por mais que se fale em ecologia, em meio ambiente e em limpeza, ainda tem aí os “sugismundos” da vida, que vão a uma ilha como aquela, que é um patrimônio da humanidade, para despejar lixo como se fosse um aterro sanitário.

A Folha de São Paulo traz: *Nova TELEBRAS beneficia cliente do ex-Ministro Dirceu*. O Governo vai usar a rede de fibras óticas pertencentes a empresário que pagou pelo menos R\$ 620 mil ao ex-Ministro José Dirceu Aleluia!

Cumprimentar a CNT, onde tenho um espaço para me comunicar com o povo, pelo retorno já neste final de semana do grande apresentador de televisão Omar Zabian, que vem ali com o Arábia Show, programa que estava fora do ar por algum tempo, mas é um programa que no sábado e no domingo traz grande alegria ao povo, dado o talento do Omar Zabian. Parabéns ao Omar Zabian e também à TV CNT!

No Jornal da Democracia temos: *Deputado Ricardo Barros percorrerá os 399 Municípios do Paraná*. Quero cumprimentar o Ricardo Barros porque ele está na campanha para ser pré-Senador. Ele tomou uma atitude que poucos candidatos tomam: está licenciado do cargo de Deputado para não receber nenhum centavo dos cofres públicos durante esse período em que está montando o seu projeto como pré-candidato ao Senado da República. Parabéns ao Ricardo Barros! É um exemplo que deveria ser seguido por todos.

O Jornal do Oeste traz: *Sindicato vai propor ação conjunta contra o Fundo Rural de Toledo*. O fato foi decidido em assembleia alegando a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 8540/92, que prevê o recolhimento de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL. Está aí a bronca!

E temos o Paraná sobre a greve dos professores. Governador Requião, para quê encerrar o Governo com uma greve? É a Polícia Militar insatisfeita, a Polícia Civil, servidores da Saúde, servidores públicos de um modo geral, os servidores desta Casa também aguardando há tempo a correção dos seus direitos, inclusive para pagar aquele benefício que está lá para trás que não foi pago. E agora, Governador Requião, está aqui: *Professores vão ter uma greve de 24 horas no dia 26 de março*. A greve de um dia é alerta ao Governo. Professores cobram reajuste e contratação dos 5 mil servidores já aprovados em concurso. Quer dizer, o cidadão é feito de palhaço, paga para fazer concurso, às vezes é aprovado e não é convocado.

Tenho um e-mail do Sr. Milton Nantes, de Londrina, que é a minha base eleitoral, Deputada Rosane Ferreira, querida enfermeira, a única tristeza é que a Deputada Rosane está querendo agora cumprir o mandato em Brasília como Deputada Federal. Tem competência, tem capacidade, tem carisma. Diz aqui o Sr. Milton, ele conta a história da Dona Leonilda de Andrade, uma mulher de 80 anos de idade, ela está com a saúde muito debilitada, não estão nem quase conseguindo andar, tem uma forte dor no joelho. Daí foi encaminhada por um médico, deve ser médico na área cardiovascular, e o médico recomendou que ela deveria ser atendida por um especialista, através da Previdência Social.

Pasmem os senhores, enquanto estamos vendo aqui o Requião brigando com o Paulo Bernardo, a lavagem de roupa suja porque a eleição está chegando, o problema do povo eles deixam para depois. O ideal seria discutir agora,

resolver do povo agora e deixar a lavagem de roupa para depois da eleição. É por isso que muita gente ao votar anula o voto, antigamente escrevia até uma besteira na cédula, hoje não dá mais para escrever porque é uma urna eletrônica.

Então o povo, muito mais do que briga de Requião e Paulo Bernardo, se houve ou não superfaturamento, o povo quer ver os principais problemas afetos ao Governo solucionados. É o caso do servidor público, o professor, o policial civil e militar, o pessoal da área federal, precisa contratar mais médicos, instalar mais postos da Previdência Social, porque diz aqui o Sr. Milton Nantes que esta mulher, com 80 anos, com muita dor no joelho, vai ali e, para espanto da mulher, não vou chamar de velhinha porque ninguém gosta de ser chamado de velho - o meu saudoso pai, por exemplo, se quisesse brigar com ele era chamar o meu pai de velho. É como político que não sabe, o meu querido Nivaldo Kruguer que brilhou nesta Casa aqui como Deputado, como Prefeito de Guarapuava, mas tem político que às vezes não sabe, chega lá e vai falar para o povo e chama o povo de pobre: “Vocês que são pobres”. Aí tem cara que quer dar uma facada, uma bofetada no político, porque muitas vezes a palavra pobre, a pessoa sabe que ela tem dificuldade, mas ela está lutando para melhorar a sua vida, mas quando é chamada de pobre; “você é um pobre”, às vezes se for num boteco o cara chamado de pobre já pega a peixeira e já fura a barriga do outro; se estiver com revólver já dá um tiro, já resolve ali mesmo a parada.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Então, o nosso apelo para que muito mais que briga entre políticos, procurem resolver. Mandar a mulher de 80 anos de idade voltar daqui oito meses! “A senhora aguenta com a dor, fica com a dor, fica sem dormir, vai tomando remédio, depois a senhora volta aqui”. Isso tem causado indignação, sim, a mim, à minha família, ao nosso gabinete, todos os componentes do nosso gabinete entendem que, muito mais do que político, do que Governo e ao invés de ficar no poder brigando deveria dedicar o tempo trabalhando para consertar o que está errado, mais picuinha política não leva a lugar nenhum.

Nós vemos na TV pessoas morrendo na maca, dentro da ambulância, jogadas nos corredores dos hospitais, porque não tem UTI suficiente. Para os grandes quando ficam doentes não têm problema. O Lula passou mal outro dia o que tinha de médico agarrado ao Lula e não queria soltar para sair na fotografia. A Ministra Dilma, passou mal e choveu de bajuladores ali, até quem não era médico. Agora, quando é uma mulher do povo, tem 80 anos, está com dor no joelho, volta para casa e aguenta a dor por oito meses, e quando chegar os oito meses é possível que mandem voltar no ano que vem. Conheço um caso concreto de gente que precisava consultar com especialista, marcaram para nove meses, quando chegou o dia

da pessoa ser atendida ela não apareceu. Mandaram um emissário na casa daquela mulher doente, para saber porque não apareceu, e a filha falou: “Não precisa mais ser consultada, porque ela morreu, ela não aguentou esperar tanto tempo para ser atendida.”

Para terminar, Deputada Cida Borghetti, tenho aqui o jornal Gazeta do Povo que traz uma matéria que também preocupa: “Pressão de empresários emperra mínimo da Assembleia Legislativa. o que é isso para quem não entende? Temos aqui uma PEC para implantar o subsídio para os policiais, está adormecida por aí. Temos projetos, temos leis, temos PEC para melhorar a condição de vida do servidor da saúde, de professor, do servidor público de modo geral, também os novos índices de salário-mínimo regional. E aqui é uma matéria que é contra todos nós, porque, segundo a matéria, isso é uma denúncia grave, de que está havendo pressão dos empresários para o trabalhador continuar ferrado, continuar com o salário desse tamanhinho. Só que, quando saiu na imprensa quanto seria o novo mínimo regional os donos de supermercados, os grandes empresários correram com a maquininha para remarcar os preços dos alimentos, dos remédios, de tudo. Então, o povo já está pagando caro por conta do nosso salário-mínimo regional. Agora vem essa preocupação, de que os mesmos empresários que já aumentaram os preços, não querem que o trabalhador tenha esse novo mínimo regional, querem que eles continuem andando de marcha a ré.

Quero deixar aqui o nosso compromisso com a classe trabalhadora, pode vir o empresário que quiser tentar passar a conversa em mim para fazer o corpo mole para não votar o novo mínimo regional, nenhum canto de sereia vai me atrair não. Vamos continuar no firme propósito para votar favoravelmente para que o trabalhador do Paraná possa ter esse novo mínimo regional. E que na nossa opinião não deveria entrar em vigor em maio, deveria ter entrado em vigor desde primeiro de fevereiro.

Mas, independente se será em maio, se vai ser com efeito retroativo de fevereiro ou não, nenhum empresário vai nos demover, vai nos fazer mudar de ideia, continuaremos sempre favoráveis à classe trabalhadora, porque o próprio DIEESE tem divulgado que o salário-mínimo no Brasil deveria ser de R\$ 1 mil e 200, R\$ 1 mil e 300, R\$ 1 mil e 400. Então, mesmo votando este novo mínimo regional, o trabalhador vai continuar levando uma vida de aperto, ganhando menos do que deveria. Por isso, Presidente, encerro com o nosso compromisso e com a nossa palavra de apoio aos trabalhadores, de voto favorável ao novo salário-mínimo regional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A propósito do que comentou o Deputado Antonio Belinati a respeito do salário-mínimo, já antecipo que as lideranças dos partidos concordaram em fazeremos quatro Audiências Públicas, em que participariam todas as partes. Discutiríamos da mesma maneira que discutimos em outras questões, uma Audiência Pública

em Foz do Iguaçu, outra em Maringá, outra em Londrina e uma derradeira em Curitiba. Poderíamos fazer isso tudo num final de semana só para que não protelássemos essa questão. Temos duas datas e dependemos apenas de alguns acordos para a data definitiva, se faríamos no 05 de março ou no 18 de março.

Apenas para esclarecer e já aproveitamos e esclarecemos, também, parte da imprensa que me perguntou. Enquanto a imprensa estava correndo, nos reunimos com as partes interessadas para que agendássemos, da mesma forma que fizemos com a questão da lei do ICMS, faríamos essas quatro Audiências Públicas nesses quatro Municípios. Portanto, Deputado Belinati, não temos o menor interesse em procrastinar esse assunto porque é efetivamente muito importante. Como a lei só vale a partir de 1º de maio - é isso que veio na Mensagem do Governo - temos tempo suficiente para votarmos até lá. Então, discutiremos o assunto. O Deputado Romanelli participou também desse encontro, de forma que fica mais ou menos agendado para que tenhamos esse encontro.

Mais uma vez, tenho sempre que cumprimentar as lideranças dos partidos pela maneira que fazem com que as coisas aconteçam nesta Casa.

Aliás, este é o objetivo do Parlamento. Quer falar alguma coisa, Deputado Romanelli?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só queria dizer a V. Exa. e aos demais Parlamentares. Primeiramente, quero aqui publicamente agradecer ao Deputado Durval Amaral que, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, me distinguiu com a relatoria. De forma consecutiva tem me distinguido como relator, justamente da lei que cria o piso salarial, que tem sido um instrumento poderoso, do ponto de vista normativo, para poder regular a questão que envolve a superação da profunda desigualdade social que temos na distribuição da renda. Digo isso, Presidente, porque entendo que reunido, ontem, com os representantes das centrais sindicais e, também, com os setores patronais, há uma discussão sobre os percentuais de reajuste.

É claro que a economia real do Paraná é extremamente dinâmica e temos um instrumento poderoso nessa questão do piso. Ao mesmo tempo, ouvi aqui, ao entrar no plenário, V. Exa. anunciando aquilo que é absolutamente importante, ou seja, essa lei ela vai vigorar a partir do dia 1º de maio. Foi assim que veio a mensagem do Governador Roberto Requião. Então, é uma mensagem que temos um prazo bom para poder discutir e votar. Entendo que a realização das Audiências Públicas é absolutamente importante justamente para conscientizar todos os segmentos, seja o segmento produtivo, mas fundamentalmente o setor laboral, porque temos que avançar nesse tema.

Então, esta Casa, na minha avaliação, valoriza a sociedade civil organizada, respeita o movimento sindical, seja patronal ou laboral, e ao mesmo tempo promove um debate que pode, inclusive, aperfeiçoar ainda mais

essa lei que indiscutivelmente é um grande instrumento que temos no Estado do Paraná. Penso que a realização das Audiências Públicas ainda no início, primeira quinzena do mês de março, certamente vai proporcionar que façamos esse debate. Então, quero aqui dizer que tudo isso foi conveniado com V. Exa. antecipadamente. E também quero aqui, publicamente, dizer que havia recebido de diversos Parlamentares, entre eles o Deputado Reni Pereira, a solicitação para que pudéssemos promover esse debate. Conversei também com a nossa bancada, é esse o entendimento. E certamente o debate será produtivo. Vamos novamente ter uma lei de um piso salarial que cada vez mais é um exemplo para outros Estados da Federação Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

E acho, Deputado Romanelli, na mesma esteira, que já poderíamos tratar também da questão da Polícia Militar, que também é um outro tema que está na pauta e que temos, o mais rápido possível, que colocar e apreciar essa matéria.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero só informar V. Exa. e os demais Parlamentares: esse tema que envolve a remuneração dos policiais civis e militares está em análise dos Secretários, da Secretaria da Administração, a Secretária Maria Marta está debruçada com os seus técnicos para poder, de fato, fazer as análises, que aliás, na sexta-feira já houve inclusive uma audiência dela com o Governador, com o Secretário da Segurança Pública. Penso que no início do mês de março ainda a Assembleia Legislativa deverá receber uma mensagem do Poder Executivo tratando do tema, a Casa obviamente tem os seus métodos próprios, mas quero informar V. Exa., que o Governo está tratando desse tema e haverá obviamente um encaminhamento sobre essa matéria que é absolutamente importante em relação à valorização da Polícia Civil e da nossa querida e gloriosa Polícia Militar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não posso deixar de agradecer, todas as vezes que vai àquela tribuna, o Deputado Belinati. Ele não se cansa de tecer elogios ao trabalho que fazemos na Santa Casa de Maringá. Um trabalho feito com amor, com carinho, com respeito. Quero agradecer ao senhor Deputado Belinati, já ouvi o senhor falando no seu programa de televisão do nosso trabalho em Maringá. Fico muito contente em saber que o senhor é esta pessoa humana lá em Londrina e em toda a região, o respeito que os eleitores têm pelo senhor,

porque o senhor, com certeza, será conduzido tantas e quantas vezes for candidato, não só a esse cargo, mas a outros cargos que o senhor sonhe, com certeza chegará, porque o senhor reconhece as pessoas, os seres humanos. Sou seu fã. E quando o vejo lendo aqueles grandes e-mails de pessoas que gostam do senhor! Gosto do senhor, do Deputado Jocelito Canto, como de todos os Deputados que fazem um trabalho brilhante nesta Casa e nas suas regiões.

Eu vi um trabalho, Deputado Belinati, que fiquei emocionado, muito contente quando vi um irmão da Santa Casa de Misericórdia de Maringá, o irmão Martin fez um projeto. Vejam bem esse projeto: Projeto Casa Social. Ele propiciou acompanhamento dos pacientes internados num maior bem-estar, criando um espaço digno para aquelas pessoas que não têm onde ficar. Vejam bem, Deputado Jonas Guimarães, o senhor, nas Cidades circunvizinhas de Cianorte tem a sua Santa Casa. O irmão Martin, da Santa Casa de Misericórdia de Maringá, fez um projeto criando uma casa social, claro, com acompanhamento, com psicólogos, com locais destinados ao sexo masculino, ao sexo feminino, permanência naquela casa social por três a cinco dias para acompanhar o seu ente querido.

Nós que operamos pessoas todos os finais de semana, que estamos na Santa Casa, operando pessoas da região, como ultimamente operei uma grande senhora de Apucarana que esteve lá na Santa Casa de Maringá. E esse trabalho que o irmão está fazendo, ele tem a parceria da nossa Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança e toda Irmandade da Santa Casa. De onde vem esse dinheiro para manter essa casa social? Pasmem. Pois a Santa Casa, através do irmão Martin, com o reconhecimento de todos os irmãos, já conseguiram 50% da verba da Alemanha para manter essa casa social. Que coisa boa essa destinação para as pessoas carentes, que vêm da zona rural, que não têm onde ficar.

Sabe quando você valoriza a vida? Quando você fica doente e vai para um hospital. Em Maringá, pasmem, tem a melhor faculdade de Medicina do Estado do Paraná, ou seja, uma das melhores, porque temos muitas faculdades qualificadas no Estado e em todo o País. E a faculdade de Medicina já tem muitos profissionais que já são voluntários desta casa social. Nem começou o funcionamento ainda. Quanta generosidade, quantas pessoas de bom coração, pessoas que tem muito amor pelo ser humano, estão ajudando financeiramente. A Santa Casa deu o pontapé inicial no projeto de uma casa social. Mais que depressa pedi perdão ao irmão Martin.

Já fiz um projeto de indicação ao Governador Roberto Requião para que ele estenda esse projeto da casa social a todos os hospitais estaduais, filantrópicos, que façam realmente uma parceria com o Governo. Que o Governo possa ajudar aquelas pessoas que realmente precisam de ajuda.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que em recepção hoje com o Governador Roberto Requião fazendo reivindicações das estradas rurais, das PRs, o

Governador está muito disposto a dar uma ajuda a uma estrada rural, a fazer um asfalto, junto com o Prefeito Silvío Barros, junto com particulares que estão querendo fazer esse asfalto. Hoje o Governador está olhando o projeto com bons olhos e com certeza o Governador, que sempre nos ajudou em Maringá e região, dará o sinal positivo.

Quero agradecer a receptividade do Governador hoje no Palácio, recebendo o projeto e já pedindo ao Secretário Tizzot para que agilize esse projeto numa estrada rural, ligando Maringá a Astorga.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós havíamos feito um convite ao ex-Deputado Nivaldo Krüger para que pudesse falar a respeito do plano de reflorestamento para o Paraná, no Grande Expediente. Como não teremos Sessão na quinta-feira, por esta razão antecipamos para hoje. O Deputado Romanelli pode fornecer, nos dar mais algumas informações, até porque recebemos com muita satisfação aqui hoje, o nosso sempre Deputado Nivaldo Krüger.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Recebemos como convidado nesta Casa o nosso Secretário Especial de Desenvolvimento Florestal do Governo do Paraná, que como todos sabem foi Prefeito da nossa querida Cidade de Guarapuava, foi Deputado Estadual, Deputado Federal, presidiu por duas vezes a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, foi Senador da República, foi Presidente da SANEPAR, ou seja, tem uma vastíssima experiência política e também administrativa. E ele comparece, Sr. Presidente, a esta Casa, a nosso convite, para poder explanar a todas as Sras. e Srs. Deputados, justamente um programa que foi desenvolvido pela sua capacidade de gestão em relação a um dos maiores desafios que tem o Estado do Paraná, que é promover o desenvolvimento florestal, ou seja, reconhecendo que somos um Estado que já teve uma cobertura florestal em mais de 90% do nosso território, hoje temos 6% do nosso território com mata nativa, e claro que as florestas reflorestadas são absolutamente fundamentais para poder manter o equilíbrio do ponto de vista do meio ambiente. E claro, da importância econômica que esse segmento tem para a geração de empregos e da atividade produtiva do Estado do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, que indiscutivelmente a apresentação que será feita pelo nosso querido Secretário Especial de Desenvolvimento Florestal e ex-Deputado Estadual, Federal, Senador da República, Nivaldo Krüger para nós, indiscutivelmente, vem fazer com que

esta Casa possa debater os grandes temas à luz, é claro, de quem tem uma longa experiência de vida, diga-se de passagem, do alto dos seus 80 anos está ali Nivaldo Krüger, e tenho uma grande satisfação e alegria de ter convivido com ele uma grande parte da minha vida, muito jovem ainda, mas ele é justamente essa pessoa que tem uma grande sensibilidade, inclusive em relação à questão do meio ambiente. Não sendo um ecologista de carteirinha, ele é alguém que trabalha no mundo real da proteção do meio ambiente e tem também uma sensibilidade fantástica, até pelas obras que editou, para retratar, principalmente a Região Sul do nosso Estado, os campos de Palmas, de Guarapuava, dessa região do planalto que é extremamente rica no ponto de vista da diversidade. Acho que esta é a riqueza maior que via na alma deste grande paranaense e brasileiro que é Nivaldo Krüger.

Então, Sr. Presidente, para nós é uma honra muito grande, eu como Líder do Governo, poder ter feito esse convite, trazer esse grande homem, esse grande brasileiro que é Nivaldo Krüger aqui a esta Casa para fazer esta apresentação.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, já aproveitando, inclusive saudando o Sr. Nivaldo Krüger que falará justamente sobre o tema, gostaria de comunicar à Casa e a V. Exa. que já solicitei a justificativa de minha ausência amanhã, porque estaremos acompanhando, Deputado Romanelli, em Antonina, na comunidade do Cedro, junto com o IBAMA, o Instituto Chico Mendes, o Debate sobre a criação da reserva biológica de Antonina. São cerca de 5 mil alqueires que estão sendo debatidos, que é a antiga Fazenda BAME-RINDUS e que envolve diversas comunidades. Talvez, justamente para aproveitar o Sr. Nivaldo Krüger que está aqui para fazer um debate a respeito destas questões, já comunico à Casa que amanhã estarei ausente para acompanhar e representar também a Assembleia Legislativa, acompanhar essa Audiência Pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Nivaldo Krüger.

Sr. Nivaldo Krüger

O SR. NIVALDO KRÜGER

Sr. Presidente do Poder Legislativo do Paraná, Deputado Nelson Justus, ilustre líder Deputado Romanelli, demais Deputados, líderes dos demais partidos que integram as bancadas desta Casa.

A minha presença nesta Casa, Srs. Deputados, traz-me lembranças gloriosas de um passado vivido aqui entre estas paredes, não eram bem estas, mas esta Casa, em momentos dramáticos da vida política brasileira.

Tenho a satisfação de encontrar aqui nesta Casa o Deputado Antonio Belinati, que conosco naquela época militou no pequeno movimento que se esboçava em busca do Estado de direito e da recomposição democrática do País, o MDB, lá pelos idos de 1970.

Sr. Presidente, a nossa presença nessa Casa é de grande valor para nós, para o Governo do Paraná e sobretudo para a divulgação do importante programa desenvolvido no sentido de gerarmos riqueza na região mais pobre do Estado, de investirmos recursos de grande monta nesta região dos 120 Municípios, chamada de centro expandido onde está o povo com o menor IDH do Estado do Paraná.

Desenvolvia em Brasília um trabalho na Secretaria de Representação do Estado do Paraná e o Governador me chama para coordenar este programa.

Vejo agora, Sr. Presidente, peço licença, o Deputado Presidente do meu partido que acaba de adentrar nesse plenário e tenho a satisfação, Deputado, de falar hoje aqui em nome do nosso partido, em nome do Governo, mas sobretudo por uma causa que ultrapassa os limites partidários, que ultrapassa as limitações das disputas porque é uma causa de interesse comum, de interesse da sociedade que é a causa do desenvolvimento florestal do Estado do Paraná!

Estamos, Sr. Presidente, diante de uma situação dramática: as florestas estão desaparecendo rapidamente - e não estamos respondendo - num nível assustador aquilo que é necessário. Temos um *déficit* hoje, Presidente, de 57 mil hectares de floresta em relação ao que se consome e ao que se planta. Se prosseguirmos sem tomar os devidos cuidados que precisamos tomar e é por isso que estamos aqui à frente desse trabalho e aqui nesta Casa, se não tomarmos os devidos cuidados teremos, fatalmente, no Paraná um colapso no campo madeireiro.

Nesse campo, nessa área, dos 121 Municípios que representam 1/3 do Estado do Paraná e também tecnicamente 1/3 da população nós temos 1 mil e 200 madeiras, todas, aliás as indústrias madeireiras do Paraná estão nessa faixa. Aí trabalham 360 mil pessoas, aí vivem da pequena agricultura em 85% das áreas, menos de 50 hectares, 85% das áreas e quando o Governador nos chamou para coordenar um programa dessa ordem, tivemos que optar por uma área porque os recursos não eram suficientes, para atender na magnitude o problema todo do Estado do Paraná. Optamos para dirigir toda a concepção desse programa e todos os meios desse programa para essa área que vai do Sul até o Norte Pioneiro com 121 mil Municípios, 3 milhões de habitantes, 1 mil e 200 serrarias, 360 mil trabalhadores que vivem da atividade madeireira. Os cálculos feitos com responsabilidade atestam que se não cuidarmos, imediatamente, de repormos em 21, apenas daqui 10, 11 anos, teremos o colapso da indústria madeireira que deixará sem emprego 300 e tantos mil trabalhadores.

E para esta realidade que faz sentido a minha presença aqui tendo em vista que cada Deputado está profundamente vinculado a áreas sociais do nosso território. E senti ao andar esse um ano e meio quase dois pelo Estado do Paraná que estamos diante sobre tudo de um problema de consciência.

Temos o dinheiro, conseguimos o recurso, conseguimos 800 milhões para investir.

Recursos que explicarei logo em seguida de que forma serão aplicados. Senti também, conversava com o Governador sobre isso, a necessidade da integração dos senhores representantes do povo neste processo. Todos os Deputados, não se trata de encaminhar recursos para a uma finalidade eleitoral.

Trata-se de encaminhar recurso para a solução de um gravíssimo problema que vamos enfrentar, que já estamos enfrentando. Esses recursos foram negociados no BNDS, R\$ 800 milhões para serem aplicados 50 milhões por ano. O que significa apenas 50% do que precisamos fazer, precisamos aplicar ao invés de 50 milhões por ano, 100 milhões por ano para que equilibremos o consumo com oferta. Aí a pergunta com a qual sempre nos defrontamos: como esse dinheiro chegará as mãos rapidamente dos usuários, das pessoas que vivem lá, das pessoas que não tem conhecimentos dessas realidades, não tem facilidade de se deslocar ou de conhecerem detalhes.

Concebemos uma forma de aplicar no Município, tudo é feito na municipalidade. Acabamos de enviar para os bancos BRDS, SICREDI e Banco do Brasil os convênios de comprometimento de apoio destes bancos dessas instituições financeiras com o programa.

Então daqui para frente teremos o recurso na localidade, no Município. E esse recurso significa que o produtor que não tenha a consciência da importância ecológica, da importância social, mas que simplesmente faça cálculo ele já se convence seguramente de que está fazendo um grande negócio para ele individualmente e consequentemente para o Estado do Paraná. Dez hectares é o volume maior, a área maior que se financia para proprietários de menos de 50 hectares que atingem 80% dos proprietários da região. Aplicando-se em 10 hectares, admitamos que temos aqui uma família que tem 10 hectares e que empresta R\$ 20 mil com os quais ele planta integralmente a sua área e sete, oito anos depois ele paga integralmente, não deve mais nada e sobra um resíduo que chamamos de poupança verde e que precisa ser explicado isto ao povo empobrecido dessa região. Sobra uma poupança, ele tomou 20 e já pagou, sobraram 500 a 550 mil em apenas 10 hectares. É uma forma de gerar riqueza numa região que está empobrecida. Alguém dirá: "Mais vai substituir as lavouras de cereais?" Não, pelo contrário, vai usar as áreas que não são próprias para a agricultura pedregosas, quebradas e ainda nas pastagens, integrar o silvipastoril com a cultura de árvores, com as pastagens, gerando uma possibilidade de renda de 42% a mais nessa propriedade.

Vejam, nós precisamos de aliados. Vim buscar aqui nesta Casa aliados que tenham credibilidade, como todos aqui têm, credibilidade para dizer estas coisas e influir para que as pessoas se valham desses recursos que estão disponíveis em favor do desenvolvimento da localidade, e com certeza isso dará também ao Deputado um trânsito com notícias positivas na sua comunidade. Precisamos gerar essa consciência de que é necessário fazer, de que é preciso fazer e que em fazendo, estamos enriquecendo uma região pobre e as próprias pessoas.

Assinamos em 1992 o protocolo chamado de Agenda 21 com os Países que fizeram o grande encontro no Rio de Janeiro, e essa agenda determina obrigações, compromissos, e ao agirmos dessa forma, propondo esse programa, estamos, nada mais nada menos, do que dando sequência a um documento assinado pelo Brasil e por outras Nações em defesa do meio ambiente e do ar, em defesa das florestas, porque como dizia há pouco o Deputado Romanelli, estamos com um percentual muito baixo, porque estamos com menos de 5% de cobertura florestal.

Então, precisamos recuperar, e nesse processo de recuperação entra o Estado como mediador, como indutor para que as pessoas alcancem, utilizem esses meios e produzam esse resultado que todos precisamos.

Esta é uma causa de interesse público, é uma causa que não há de ter adversários. Ela não é polêmica, porque a própria Agenda 21 definiu o que é desenvolvimento sustentável quando os ecologistas tomavam uma posição extrema e os economistas outra, e o conflito vinha se perpetuando. A Agenda 21 traz a declaração do que seja desenvolvimento sustentável, que é a harmonia entre o ecológico e o econômico. Nós estamos neste programa propondo o cultivo de florestas para a colheita e é necessário então que se organize um movimento forte, talvez até criar uma Comissão Especial nesta Assembleia - não sei se seria o caso, mas é uma sugestão - para trabalhar junto com os grupos que já estão trabalhando conosco, como a Universidade Federal e os técnicos oriundos das organizações como a EMBRAPA e a EMATER, sendo que estamos trabalhando para a preservação da araucária, a árvore do Paraná, estamos descobrindo que a araucária tem variedades que se diferenciam pelo fruto que produzem e pelo tempo em que produzem.

Então, ao me encaminhar para a conclusão, pediria a permissão para deixar a sugestão de talvez criar uma Comissão Especial para cuidar dessa questão, e com isso evitaríamos paralelismos que se conflitam e que buscam o mesmo fim, sem alcançá-lo pela dispersão. Eliminar esses paralelismos. É um esforço que vale a pena ser feito. E aí teremos então uma ação conjunta, forte: Município, Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores, Sindicato Rural, cooperativas. Aliás, os sindicatos, as cooperativas e os Municípios já estão integrados nesse processo. Com a palavra dos Deputados apoiando, conhecendo, chegaremos a um sucesso seguro.

Concluo, deixando aqui para reflexão uma informação sobre o nosso consumo de madeira. Nós consumimos para as indústrias do Paraná 15 milhões de metros cúbicos por ano, e queimamos nas olarias, nas pizzarias, enfim, nas caldeiras, 17 milhões de metros cúbicos. Com isso estamos devastando o Estado do Paraná. E surgiu então desses debates, desses encontros, a ideia de se fazer briguete de capim. Parece uma brincadeira, mas é uma coisa muito séria, transformar o capim elefante, que se produz em toda parte com facilidade, em briguete, e que cada 100 hectares de capim economiza 71 hectares de floresta. Esse é um dos lados a questão.

Outro lado é a questão da araucária, que está sendo tratado com o máximo de cuidado, e finalmente esse grande programa de recomposição florestal do Estado do Paraná. Tive notícias hoje de que só um viveiro, tendo notícia do programa, tem disponível agora 4 milhões de mudas no centro do Paraná. E assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos deixar um rasto verde no Paraná e uma esperança plantada no coração dos paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência deseja cumprimentá-lo. Deputado Nivaldo Krüger, tenho certeza que a Comissão de Meio Ambiente aqui desta Casa, uma das comissões mais atuantes, da qual a Deputada Rosane Ferreira faz parte, Deputado Cheida e outros Deputados, sem dúvida nenhuma irá acompanhar este projeto, até porque todos, como V. Exa. muito bem mencionou, todos os Deputados aqui têm interesse nas áreas que representam, os diversos Municípios que representam, que têm situações que dizem respeito a esse problema florestal que é de extrema importância para todos nós.

Quero cumprimentá-lo pela clareza, pela maneira didática com que em 15, 20 minutos o senhor conseguiu expor para nós e dizer que esta Casa irá se socorrer, sem dúvida nenhuma, através da Comissão de Meio Ambiente com V. Exa., para esse assunto tão importante e tão atual.

Deputada Rosane Ferreira fará o uso da palavra, por gentileza.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Pela Ordem)

Sr. Nivaldo, primeiro quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. E realmente ratificando o que colocou o nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, faço parte da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, estou na Vice-Presidência, que hoje tem a Presidência do Deputado Cheida, e pode ter absoluta certeza que tanto o Deputado Cheida - eu ousou por ele - quanto os demais membros da Comissão de Ecologia estaremos juntos para somar a V. Exa., que ainda o chamo assim pelo tempo que ocupou esta Casa, e tenha em nós parceiros nesse propósito.

No início da minha estada aqui eu propus um projeto de lei que visava fazer com que todas as obras públicas contratadas pelo Governo do Estado usassem no seu processo construtivo madeiras de florestas plantadas, porque hoje sabemos que o projeto industrial o eucalipto, o pinus podem substituir todo processo construtivo. Infelizmente nosso projeto foi vetado. Mas, tenho certeza que precisamos desenvolver esta questão, até porque muito da Floresta Amazônica e muito da Mata Atlântica ainda tomba, porque não temos como substituir pela floresta plantada. Parabéns a V. Exa. e tenha em nosso mandato uma parceria para essas questões sempre.

Muito obrigada.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB) (Pela Ordem)

Presidente Nelson Justus, é muito fácil falar a respeito da figura do político Nivaldo Krüger. Presido o partido que ele ajudou, ao longo dos anos, a ser construído. É até desnecessário dizer que, ao longo dessa caminhada feita por ele, sempre enobreceu a atividade política. Hoje à tarde nesta Casa, de maneira resumida e com grande competência, ele aborda esse problema que é de todos nós.

Portanto, quero dar esse testemunho de, mais uma vez, falar a respeito dos relevantes serviços prestados por V. Exa., Prefeito, Deputado, Senador que sempre honrou, não só o nosso partido, mas honrou a atividade política no geral.

Muito obrigado.

O SR. NIVALDO KRÜGER

Eu agradeço! Quero dizer que saio daqui gratificado pela atenção dos senhores, pela oportunidade, pela manifestação. Tenho certeza que vamos trabalhar juntos e vamos conquistar para o Paraná esta posição de Estado reflorestado.

Muito obrigado.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Pela Ordem)

Gostaria de saudar esse meu colega, nos elegemos Deputados Estaduais em 1970. Grande Nivaldo, grande Deputado, grande Prefeito e agora, com esse assunto tão importante que é o pulmão verde por onde a humanidade respira. Que ele tenha grande sucesso! Que Deus o abençoe, eterno Deputado, eterno Prefeito Nivaldo Krüger.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PMDB com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O pronunciamento do ex-Secretário de Planejamento do Governo Roberto Requião Enio Verri, levanta algumas questões que precisam, no meu entendimento, serem discutidos em profundidade. Logicamente que o Deputado petista entrou, como é sua obrigação, seu dever, na defesa do companheiro dele Paulo Bernardo. Agora, quero dizer para todos desta Casa que uma denúncia foi feita. Se o Governador Roberto Requião fez essa denúncia ele deve tê-la embasado de maneira muito séria. Portanto, a denúncia foi feita, deve ser apurada, deve ser investigada.

Agora, Sr. Presidente, gostaria de me aprofundar não nessa questão. Alguém faz uma afirmação, com o peso do cargo de Governador, e os outros - Deputado e Ministro - se rebelam contra a afirmação. Entendo aquilo que está sendo feito e quero, mais uma vez, me solidarizar como companheiro com o Governador do Paraná.

Como já alinhei aqui, acho que uma denúncia foi feita e vamos aprofundar, que seja apurado. Este é o caminho num regime democrático. Agora, o que tenho a lamentar, Sr. Presidente, é que companheiros da competência do Deputado Enio Verri, competência ideológica de ver as coisas como elas são, no campo das ideias, com uma identificação muito grande com a minha maneira de pensar, o que eu tenho para fazer, vamos dizer, não seria uma lamentação, mas não gosto que essas coisas aconteçam. É uma divisão no campo daqueles que querem defender, como sempre defenderam, caso do Deputado Enio Verri e do Governador Requião, o interesse público. Acima de tudo o interesse público.

Veja bem, outro dia, de maneira rápida, até por questões de tempo, estava dizendo que, pela primeira vez, poderíamos dizer que aquele pensamento atrasado da extrema Direita, daqueles que defendem os privilégios, defendem os tabus, os preconceitos, as elites dominantes, em termos, está fora das disputas. Poderia dizer nacionalmente falando. Até alinhei: "Quem é Dilma Rousseff?" No meu entendimento, é uma batalhadora pela liberdade do País. Tem gente que coloca a vida, a caminhada dela como algo que não fosse positivo. É extremamente positiva a atuação da Ministra.

Conheço o presidenciável José Serra dos tempos das batalhas estudantis, quando ele esteve exilado no Chile e, naquela época, estava sob o domínio do povo chileno, sob a presidência de Salvador Allende, depois veio a desgraça do pinochetismo. Temos as candidaturas da Marina Silva e do Ciro Gomes. Não podem essas candidaturas ser colocadas na cesta do pensamento de Direita.

Então, é essa a minha lamentação porque estamos fazendo, aqui no Paraná, e o Deputado Enio Verri, por tempo, poderia dizer que lá no Governo ele viu a defesa do interesse público, permanentemente, ele colaborou para instalação dessas políticas públicas que beneficiam o conjunto da população paranaense, juntamente com a Lygia Pupatto, com o Bianchini, e tantos outros companheiros. Então, é a minha maneira de sonhar, muitas vezes.

Estou vendo o Deputado Zucchi lá no fundo deste plenário. Quantas batalhas travamos juntos pelo povo do Paraná, no nosso entendimento? Onde está o Deputado Zucchi? Está no PDT, o Enio está no PT, nós estamos no PMDB. Então, temos pontos de conflitos que, no meu entendimento, não são fundamentais. Mas, temos pontos de chegada, de identificação, que nos colocam praticamente no mesmo lado dessas batalhas todas que precisamos travar.

Então, acho que nós, os brasileiros, somos "achistas" militantes e avançamos muito. O pensamento retrógrado não vai ser voz dominante nas próximas eleições, assim espero. Nós do PMDB temos esse acervo de realizações populares, que devem ficar de maneira permanente fazendo parte da política do Estado do Paraná.

O Presidente Lula, no meu entendimento, teve sucesso em determinadas políticas porque ele pôde contar com a PETROBRAS, com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica. Pena que destruíram aqui o BANES-TADO. Pena que fizeram o que fizeram com a Vale do Rio Doce, porque no nosso entendimento o Estado, sim, precisa estar presente, precisa ser forte. Governo foi feito para governar e não para se omitir. A PETROBRAS talvez faça investimentos que batam na casa dos 10, 15, 20% daquilo que se investe em todo o Brasil.

Então, como pensarmos que o neoliberalismo pode vir para detonar esse processo de construção de uma verdadeira Nação, onde as pessoas poderão ser chamadas, sim, de cidadãos e não simplesmente componentes de um mercado que só tem os olhos fixados para o lucro? Vivemos tudo isso.

Portanto, gostaria que todos aqueles que têm o pensamento do progresso, da democracia, da justiça social, de todos aqueles que querem batalhar pela diminuição das desigualdades, possam caminhar ombro a ombro, porque é isso que estão esperando de todos nós, os paranaenses.

Olhos no futuro para que possamos construir um Paraná cada vez maior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero usar o horário do PPS para chamar a atenção para um tema, a princípio parecia uma coisa muito simples quando fizemos aqui, no final do ano passado, uma indicação legislativa, um pedido para que o Governo do Estado pensasse na possibilidade de investir na Educação do Paraná, nas escolas públicas, dentro das salas de aula, comprar equipamento de ar, aliás, condicionador de ar, de ar-condicionado para colocar nas salas de aula. Por que isso? Foi uma indicação legislativa que fizemos, aprovada por todos os Deputados, que chegou às mãos dos responsáveis, lá na Secretaria da Educação, do Governador do Estado. Mas por que essa nossa preocupação? Quando fizemos isso, ouvi uma ou outra pessoa falando: "Mas o que esse Deputado está pensando?" Foi o que ouvi em reuniões na minha região, especificamente na região de Mamborê, professores, alunos, pais de alunos reclamando do calor insuportável dentro das salas de aula para que os alunos consigam aprender.

Todos nós tínhamos razão ao fazer esse pedido. Ontem o Jornal Nacional, da Rede Globo, trouxe uma matéria dizendo que o calor prejudica o rendimento dos estudantes. Estudos comprovaram que temperaturas acima de 30° diminui 1/3 a nossa capacidade intelectual.

Então, deixar mais uma vez o nosso pedido, para que o Governo estude a imediata aplicação de recursos, a instalação de ar-condicionado nas escolas públicas, nas salas de aula. Lá no Rio de Janeiro vejo que tem salas com ar-condicionado, e o conforto é muito melhor para os alunos. Se queremos melhorar a Educação, além de bons salários para os professores, que sempre trabalhamos aqui para que o orçamento seja sempre cumprido, com rigorosa atenção, os 30% para a Educação, assim como no ano passado foi colocado recurso no orçamento para comprar ônibus, melhorar o transporte escolar, e que sempre cobramos para que a entrega dos ônibus acontecesse o mais rápido possível para atender a melhoria no transporte escolar, agora estamos cobrando para que o Governo coloque ar-condicionado nas salas de aula. Já colocou televisor e já melhorou a Educação. “Ah, mas pagou muito caro os televisores.” Isso é outra discussão. De fato pagou, tem inclusive denúncias de que foram comprados os televisores muito caros. Mas, agora queremos que comprem ar-condicionado, que invistam para melhorar as condições tanto do aluno para aprender - Deputado Teruo, V. Exa. que milita na área da Educação, vamos imaginar os alunos numa sala de aula com esse calor infernal, é muito difícil de aprender - como para o professor executar o seu trabalho.

Então, começar a cobrar do Governo para sensibilizá-lo a investir no condicionador de ar, com capacidade para refrigerar, deixar um ambiente gostoso para trabalhar. Nossos gabinetes têm, aqui neste imenso salão tem ar-condicionado. Por que não podemos trabalhar para colocar o ar-condicionado nas salas de aula? Os estudos comprovam que temperaturas acima de 30° diminui 1/3 a nossa capacidade intelectual.

Pelo que percebemos, a cada ano aumenta o calor. Eu fui professor universitário e já era difícil, naquela época, salas com 80 alunos, um calor danado, conseguir fazer um trabalho e repassar as informações para os alunos. A tecnologia vem avançando, computador, televisão, notebook, agora vamos trabalhar para colocar o ar-condicionado, que vai trazer o conforto necessário para os alunos e também para os professores.

Esta indicação nossa foi do ano passado. Então, o Governo, penso que pode fazer este ano, pode pegar o recurso lá e investir nas salas de aula. Tenho certeza que vai melhorar muito a Educação no Paraná, porque é muito difícil imaginarmos trabalhar num calor insuportável. Tem situações no Paraná, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que o professor está dando um intervalo a mais para poder dar uma descansada, até para os alunos poderem tomar um ar fora da sala de aula, porque o calor está muito grande, muito grande.

Então, quero deixar este registro aqui, Sras. e Srs. Deputados, da nossa indicação que foi aprovada e que agora esperamos que o Governo atenda esse nosso pedido. Na reportagem de ontem, trazida pelo Jornal Nacional, tem um item, um dado que nos chama a atenção: os estudos comprovam, como falei, que acima de 30° diminui 1/3 a nossa capacidade, e com o suor vão embora substâncias importantes. Tem declaração de um adolescente dizendo assim: “A gente fica com preguiça”. Por quê? É muito difícil, é muito ruim trabalhar no calor excessivo.

E o que queremos com isso, Sr. Presidente, é só deixar, mais uma vez, um pedido para que o Governador se sensibilize, a Secretaria da Educação se sensibilize e invistam colocando ar-condicionado nas salas de aula para melhorar o conforto para os alunos e também para os professores.

Era isto, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro.

Liderança do Bloco PSB/PR/PV: Deputado Wilson Quinteiro

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputadas e Deputados.

Hoje quero trazer, para uma melhor avaliação dos Deputados e também do povo do Paraná, dois assuntos muito relevantes do nosso Estado.

Eu apresentei ainda hoje um requerimento, voto de congratulações aos Ministros Gilmar Mendes e Gilson Dipp, por qual razão? Hoje teremos no Estado do Paraná, daqui a pouco na sede do Tribunal de Justiça do Paraná, a instalação do Programa de Mutirões Carcerários.

É realmente muito importante que isto esteja acontecendo no nosso País, tal fato acontece pelo Conselho Nacional de Justiça e teremos aqui no Estado do Paraná a participação nesse mutirão de 34 Juízes, 36 promotores de Justiça, 30 advogados, 41 servidores e 15 oficiais de Justiça.

Os integrantes do mutirão serão divididos em quatro polos regionais. O primeiro reúne Curitiba, a Região Metropolitana e o Litoral. O segundo Londrina e Maringá. O terceiro, Foz do Iguaçu, Cascavel e Francisco Beltrão. E o quarto Ponta Grossa e Guarapuava.

Também participarão da organização dos mutirão o Conselho Nacional do Ministério Público e os Tribunais de justiça, no caso aqui o Tribunal de Justiça do Paraná.

A verdade é que o Conselho Nacional de Justiça em todo o País apresenta um projeto que trará um grande benefício para aquelas pessoas que estão cumprindo pena, para aquelas famílias que aguardam a progressão dos regimes prisionais, e estaremos também contribuindo com isso para que a máquina do Estado, a

máquina judiciária possa trazer, efetivamente, um bom desenvolvimento, contemplando aqueles que têm direito de progressão. Isso dá condição à pessoa de se reintegrar à sociedade que é o objetivo maior da aplicação de pena no Estado. Portanto, apresentamos esse voto de congratulações a esses dois Ministros, Ministro Gilmar Mendes e Ministro Gilson Dipp, pelo trabalho desenvolvido no País, portanto no Estado do Paraná.

O segundo assunto que faço referência, é que hoje também gostaria de destacar é a Universidade Estadual de Maringá. Chamo a atenção de toda comunidade, não só da nossa região, do Paraná, mas também de todo o Brasil porque a UEM, a exemplo de outras instituições de ensino do Paraná tem dado um grande exemplo: são 40 anos da Universidade Estadual de Maringá e com base no trabalho, no desenvolvimento e aqui quero fazer referência ao Reitor, Décio Sperandio, estamos vendo o quanto a UEM tem sido importante para nosso País.

Concedo o aparte a Deputada Cida Borghetti.

A Sra. Cida Borghetti (PP)

Apenas para lembrar aqui este trabalho importante da UEM, que hoje é referência no ensino superior, formando vários jovens para o mercado de trabalho em várias disciplinas e também o corpo técnico docente da Universidade que hoje goza dos maiores doutores em várias especialidades, formados na Universidade. Isso é muito importante para a Cidade de Maringá, para toda a região, Maringá hoje é um polo importante no ensino superior, várias universidades estão na nossa Cidade atraindo jovens, não só do Paraná, mas do Brasil.

Queria apenas parabenizá-lo, pelo importante pronunciamento que V. Exa., aluno que foi da universidade, formado em Direito e também lembrar que a universidade chegou a Maringá através do então Governador Paulo Pimentel e do ex-Prefeito que nos deixou há poucos dias, Adriano Valente. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. WILSON QUINTEIRO (PSB)

Muito obrigado, Deputada, importante a sua intervenção porque ressalta e destaca também o ex-Governador Paulo Pimentel, o nosso ex-Prefeito Adriano Valente - que lamentavelmente nos deixou há pouco tempo.

Apenas para complementar a sua informação, na UEM hoje temos dos docentes 1 mil e 482, sendo 846 doutores, 473 mestres e 92 especialistas, isso dá um grande exemplo. Mas, quando falamos da UEM quero chamar a atenção para o grande serviço que a nossa universidade presta, não só a Maringá, mas a toda região. A UEM está basicamente atendendo a 130 Municípios com mais e 2 milhões de pessoas que integram aquela região. Nesse contexto tentei avaliar a quais Municípios a UEM está prestando esse serviço. Temos o *campus* sede de Maringá com mais de 1 milhão de metros quadrados, mas temos também a extensão da universidade. Essa extensão se encontra em Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do

Norte, Goioerê e Umuarama com serviço na área farmacêutica, têxtil, prestação de serviços jurídicos, na área da enfermagem, na área ambiental, na agricultura, enfim são tantos serviços que a UEM presta.

Com base nisso, avaliando a necessidade que temos nas várias regiões, eu apresentei hoje uma indicação e já tive até oportunidade de conversar com o Reitor Décio Sperandio para que possamos fazer uma extensão da UEM exatamente no Vale do Ivaí.

(Lê):

“1 - O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere que sejam implementados pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, a extensão de cursos de Graduação, Serviços à Comunidade e serviços do Complexo de Saúde, na região do Vale do Ivaí para atender os Municípios de Barbosa Ferraz, Fênix, Corumbataí do Sul, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Godói Moreira, Lunardeli e Bom Sucesso.

Tal indicação, prende-se ao fato de quem com a implementação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, da extensão dos cursos de graduação, dos serviços prestados à comunidade que realiza atualmente mais de 100 tipos de exames laboratoriais, desenvolve a produção de medicamentos que são distribuídos aos postos de saúde, mantém a rede de laboratórios que analisa desde a taxa de penetração de produtos na pele humana até a qualidade da água, do solo, de grãos ou a resistência de materiais; do Centro de Controle de Intoxicações - CCI, que é referência em intoxicações e faz parte da rede nacional de informações da área; da Farmácia Ensino, que é referência na orientação do uso de medicamentos, destacando ainda, o atendimento jurídico gratuito à comunidade carente, além de cursos técnicos em música e de línguas estrangeiras pelo Instituto de Línguas - ILG - e Instituto de Estudos Japoneses - IEJ. Conta, um Centro de Educação Infantil, e um Colégio de Aplicação Pedagógica, e o magnífico Complexo da Saúde constituído pelo Hospital Universitário, pelo Laboratório de Análises Clínicas, o Hemocentro, e as Clínicas Odontológica e de Psicologia, irá beneficiar sobremaneira a população que compõe os Municípios da Região do Vale do Ivaí.”

Dessa maneira estaremos contemplando um número maior de pessoas a exemplo do que a UEL poderá fazer, do que outras instituições poderão fazer.

Então, a comunidade ganha, o Estado do Paraná ganha, há um orçamento compatível porque já são serviços que estão sendo prestados em escala e poderão ser desdobrados para outras regiões. Finalizo o meu pronunciamento e dirigindo a todos os membros da UEM, a comunidade da UEM para que possamos junto com o Reitor Décio Sperandio, todos os demais Deputados da nossa Bancada de Maringá e do Paraná para que nós possamos fazer esse trabalho de extensão e trazer benefícios a toda a comunidade não só de Maringá, mas de toda região do Vale do Ivaí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário da Liderança do Governo concedo a palavra ao Sr. Deputado Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Minha intenção inicial era subir à tribuna para falar da questão do piso do salário-mínimo, mas considerando que o Presidente do Partido dos Trabalhadores Deputado Estadual Enio Verri ocupou à tribuna desta Casa e que alguns valentes Deputados apartearam o Deputado Verri a solidariedade extrema ao Ministro do Planejamento Paulo Bernardo.

Primeiro quero recomendar cautela a todos e dizer que não podemos aqui cometer atos que depois possamos nos arrepender. Temos um convívio de muitos anos, histórico e produtivo. Então, quero recomendar muita cautela às forças que sempre defenderam as mesmas posições de avanço, progressistas, e pudéssemos ir com muita calma. Ainda há pouco lembrava da votação nesta Casa da privatização do BANESTADO, quando entregaram o nosso banco. Quantas vezes eu e o Deputado Vanhoni defendemos que o BANESTADO, já que fosse inviável, fosse federalizado. Essa era a nossa posição, mas o Governo de então se recusou, porque ele tinha um esqueleto o armário e ele tinha que detonar aquele esqueleto e o armário junto, para não sobrar absolutamente nada que pudesse registrar aquilo que foi a grande roubo-lheira que fizeram no BANESTADO.

E nós, sabemos que essa história está acabando muito mal, porque um dos passivos, Deputado Enio, é justamente o tema que envolve o BANESTADO, sendo que V. Exa. foi Secretário do Planejamento e sabe que todo mês a Secretaria do Tesouro Nacional segura lá o nosso Fundo de Participação de R\$ 4 a 5,5 bilhões. São mais de R\$ 250 milhões de dinheiro que nós não devemos, porque nós não podemos pagar aquilo que já compramos. O BANESTADO já comprou uma vez, já pagou uma vez isso e todas as negociações que foram feitas foram negociadas, porque o Banco do Estado já tinha comprado os títulos podres e aí tivemos que comprar de novo, o Estado comprou e aí tem que pagar de novo para o Banco Itaú. Ora, sinceramente não é possível pagar duas vezes pelo mesmo título podre! Não tem cabimento isso! É um tema que reconhecidamente é complexo.

O Governador Requião está irado? Está irado mesmo, porque as declarações do Ministro Paulo Bernardo são profundamente injustas com o Paraná. E por quê são injustas? Porque sabemos que o Governo Federal tem uma dívida com o Paraná. E qual é a dívida? A dívida que temos tido transferências voluntárias do Governo Federal e a ação do próprio Governo Federal no Paraná não especificamente só deste Governo, porque tivemos ações de transferências voluntárias muito

importantes durante este período de Governo, mas historicamente basta fazer uma análise e qualquer bom economista poderia estudar o último período de 20 anos ou talvez dos últimos 50 anos e ver a brutal discriminação que o Paraná vem sofrendo como ente federado.

A análise feita que nos coloca no penúltimo lugar é fruto do quê? Fruto justamente do descaso. Agora, é possível recuperar isso? Claro que é possível. Aos defensores - e tenho tanta simpatia quanto tantos que estão aqui pela Ministra Dilma -, um dos pontos que poderíamos discutir é que vamos gastar neste ano R\$ 1 bilhão e 400 milhões com ensino superior. Bom, se o Governo Federal fizesse um pacto - e todos aqueles que vão apoiar a Ministra Dilma poderiam fazer esse pacto - assim: o que queremos do Governo Federal é que, a partir de 2011 se federalize uma universidade estadual por ano, para que no prazo de seis anos todas as universidades estaduais sejam pagas com recursos do Tesouro Nacional.

É justo para o Paraná? Claro que é justo. Ficariamos certamente em uma situação ainda inferior ao Rio Grande do Sul, mas indiscutivelmente melhoraria a nossa posição, receberíamos recursos e transferiríamos esses R\$ 1 bilhão e 400 para a educação básica. E por que estou dizendo isso? Porque é claro que nós sabemos que tem um contencioso que tem que ser resolvido. Todos ouviram o Governo Requião hoje pela manhã na Escola de Governo. O Governador Requião não é um homem leviano. As afirmações que ele fez, inclusive o Ministro Paulo Bernardo confirma na nota dele, a conversa confirma as pessoas que participaram dessa conversa. E esse tema, Deputado Enio Verri, sobre a questão do valor, tentei entrar em contato aqui com o Secretário Rogério Tizzot, e ele tem que explicar mesmo para a opinião pública, porque o DER com certeza absoluta tem lá os estudos sobre esse trecho ferroviário, e vamos saber se esse trecho ferroviário custa 500, custa R\$ 150 milhões, quanto é que custa esse trecho ferroviário. Isso aqui é facilmente identificável para ver quem é que está mentindo quando esse tema está sendo tratado.

E, sabemos que o Requião pode ter um milhão de defeitos, mas se tem alguém que cuida do interesse público e tem uma visão de Estado se chama Roberto Requião esse homem. E ele está irado? Está irado mesmo, reconheço que o Requião está irritado com isso, porque é muito difícil, Deputado Tadeu Veneri, depois de sete anos de luta, enfrentando aqui os grupos econômicos, o poder político, enfrentando de fato nesse último período de Governo, a decisão que ele teve de não fazer investimento em comunicação social. Pessoalmente, acho que o Governo tem que investir em comunicação social, mas ele decidiu não investir. Olha, Deputado Elio Rusch, estava vendo, sabe quanto que o Governador Arruda investiu o ano passado, em 2009 em Brasília em comunicação social? Duzentos milhões de reais. Imagine Deputado Tadeu o que roubaram desses R\$ 200 milhões, o que foi dinheiro lavado nesses R\$ 200 milhões.

Então, eu quero dizer o seguinte, as posições do Governador Requião, Presidente Nelson Justus, são posições do interesse público a favor do Paraná. O Ministro Paulo Bernardo fez uma nota, não adianta fazer desaforos. E eu ao mesmo tempo é o seguinte, acho que é a hora de fato de esclarecermos isso aqui. E em relação a questão dos investimentos do Governo Federal, que na minha avaliação é o tema que tem que ser discutido e debatido, que é o tema principal do fundo dessa discussão.

Deputado Enio Verri, acho que deveríamos convidar o Ministro Paulo Bernardo, convidar V. Exa. como Secretário do Planejamento, que acompanhou durante esses últimos quatro anos todos os projetos e ações de parcerias do Governo Estadual com o Governo Federal, porque não dá para admitirmos que, numa relação republicana, o Paraná tenha que ir a Brasília com os três Senadores, com os três Deputados Federais para cuidar de fazer uma negociação para o Paraná poder receber dinheiro. Não, não é essa a relação republicana, nunca foi assim. Por exemplo, na área de Habitação, nunca tive que pegar nenhum Deputado Federal para ir pedir dinheiro no Ministério das Cidades e nem na Caixa Econômica Federal; ao contrário, o Governo Federal sempre abriu e escancarou as portas para transferir recursos e para podermos tocar os programas habitacionais.

Agora, indiscutivelmente, é claro, temos que reconhecer, os três Senadores do Paraná, um deles passou o período do mandato quase que inteiro questionando o próprio Governo, embora sendo do Partido dos Trabalhadores, que foi o Senador Flávio Arns, que estava mal acomodado, tanto que saiu do PT e foi para o PSDB; o Senador Álvaro Dias é um dos mais radicais opositores que tem no Congresso Nacional, tem uma posição política, é claro, fruto da eleição de 2002 quando o Presidente Lula veio aqui apoiar o Governador Requião naquela eleição, e ele obviamente ficou irado; e o Senado Osmar Dias, que recentemente, mesmo depois da derrota eleitoral de 2006, ele passou a ter uma relação com o Governo Federal.

Agora, as bancadas federais nossas são muito complexas, elas têm posições muito divergentes. Os Deputados Federais trabalham muito fortemente em conseguir emendas para os Municípios que representam. Essa tem sido, de fato, uma conduta. E temos que reconhecer que no Paraná, do ponto de vista do interesse do Estado, temos muito crédito para ir buscar junto ao Governo Federal, mas penso que a ação política que vamos ter que ter daqui para frente é no sentido de reparar essa profunda injustiça. E o Requião é responsável pelas suas palavras e pelos seus atos, ele não é uma pessoa que tenha freio na língua, ele fala o que pensa, e obviamente vamos esclarecer o quanto que custava, de fato, e como é que era esse negócio da construção desse ramal ferroviário.

Não devemos criar aqui uma dentro da nossa base de sustentação. Como diz o Deputado Elio Rusch: “Cautela e caldo de galinha não fazem mal para ninguém”.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 012/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando extinguir o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 6938, de 21/10/77. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 013/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando obter aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 1.222.968 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e oito reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 16369, de 29/12/09, visando atender a Escola de Educação Especial Lucy Requião na aquisição de dois terrenos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, solicitando a data de 18 de março, para a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Revmo. Dom José Maria Maimone, Bispo Emérito de Umuarama. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 014/10, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e ao Reitor da Universidade Estadual de Maringá, a implementação de cursos de graduação, serviços à comunidade e serviços do complexo da saúde prestados pela UEM, na região do Vale do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 015/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, mais três investigadores policiais para a Cidade de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 016/10, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que seja firmado convênio para garantir serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndio no aeroporto regional de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 017/10, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a implantação do Programa Casa Social nas instituições hospitalares do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 018/10, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a pavimentação da parte da rodovia rural PR-454, referente ao trecho entrocamento da PR-317 à Estaca 175, para atender inúmeras solicitações da população de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 019/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a expansão da rede elétrica até a comunidade denominada Acampamento Nova Esperança, no Município de Guairacá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 020/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução de manutenção e melhorias na rodovia BR-158, trecho que liga os Municípios de Campo Mourão a Roncador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 021/10, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, e ao Exmo. Secretário da Segurança Pública, que sejam adotadas medidas em caráter de urgência, para aumentar o efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil, no Município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 275, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 24 de fevereiro do corrente ano, pois estará representando esta Casa de Leis em Audiência Pública sobre Reserva Biológica, organizada pelo IBAMA, IAP-PR e Instituto Chico Mendes, na Cidade de Antonina-PR. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 726/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o monitoramento em tempo real da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 726/07
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 27 da Lei nº 13806, de 30/09/02, que passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 27. O Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e das Condições Meteorológicas deverá ser implementado, prioritamente, nas regiões ou localidades com maior concentração de fontes móveis ou estacionárias de poluição atmosférica e avaliar as concentrações dos poluentes cujos efeitos potenciais possam afetar significativamente a qualidade do ar.

§ 1º monitoramento da qualidade do ar deverá adotar medidas de amostragem e análise normatizados, que possibilitem a comparação dos resultados assim obtidos com os padrões vigentes.

§ 2º Fica assegurada a toda a população acesso e acompanhamento do sistema de gerenciamento da qualidade do ar do Estado do Paraná, que deverá disponibilizar a cada hora a concentração de gases e particulados medidos pelas estações automáticas de monitoramento para poluentes amostrados, tais como O3, SO2, NO2, CO, PTS, PI e fumaça. Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias, em relatório único.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22/02/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 556/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a presença de nutricionistas nas instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio, no Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 119/09, de 07/10/09 em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 711/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a Casa Lar Menino Jesus, com sede e foro no Município de Ibaiti. **Aprovada. (Publ. no DA nº 153/09, de 09/12/09 em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 16128, de 08/06/09 (Dia do Pintor) COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/09, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Marcelo Rangel, que proíbe a emissão de comprovantes em papéis termossensíveis no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CIC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/09, de 23/06/09, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 314/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

Com o escopo de proteger o consumidor paranaense em suas relações, a presente proposta legislativa busca vedar a emissão, pelos fornecedores, de recibos, notas e cupons fiscais e outros comprovantes similares em papéis termossensíveis, eis que a técnica de impressão por calor não garante uma duração razoável do comprovante e se apaga em um curto tempo, o que acaba por lesar o consumidor de forma indireta.

Fundamentação

Conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa Legislativa¹, cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça oferecer análise prévia quanto a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta de lei, bem como a competência legislativa dos nobres Deputados.

Inicialmente destaca-se a competência legislativa dos Deputados Estaduais Reni Pereira e Marcelo Rangel para apresentarem a proposta ora em comento.

1. Art. 33, Regimento Interno. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:
§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quando ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...)

A promoção da defesa do consumidor é dever do Estado² e integra o rol dos princípios norteadores da ordem econômica e financeira³. Nesse sentido, dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil ser de competência concorrente dos entes federados a legislar acerca da responsabilização por dano ao consumidor⁴. Na mesma esteira, a Constituição Estadual do Paraná atribui como dever do Estado, a defesa e proteção do consumidor nas relações de consumo⁵.

Assim sendo, pois que inexistente lei federal que verse sobre normas gerais referentes à matéria, verifica-se a competência residual dos Estados⁶, sendo cabível a iniciativa legislativa por parte de qualquer membro da Assembleia Legislativa⁷. Cumpre ressaltar que o assunto ora tratado não se encontra esculpido no rol de matérias privativas do Chefe do Poder Executivo Estadual, previstas nos artigos 66 e 87 da Constituição Estadual.

No tocante à legalidade da matéria, algumas observações mostram-se pertinentes.

O Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8078/90, reconhece a vulnerabilidade do consumidor, protegendo-o de eventuais abusos em suas relações consumeristas, de sorte que esta proteção é princípio norteador deste ramo do Direito. Desta forma, estabeleceram-se prazos legais e contratuais, a grande parte fixada em cinco anos⁸, para que os consumidores reclamassem, seus direitos quanto de defeitos nos produtos e serviços, bem como pleiteassem por indenizações.

Tendo em vista que as impressões dos comprovantes em papéis termossensíveis se apagam em um prazo inferior ao prescricional, torna-se clara a lesão e a desvantagem, ainda que indireta, ao consumidor, o que reveste o projeto de lei de legalidade, posto que atende às exigências das normas consumeristas.

Ademais, projetos de lei similares tramitam nas Casas Legislativas brasileiras, os quais receberam pareceres favoráveis das respectivas Comissões de Constituição e Justiça

2. Art. 5º CF/88. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII - O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

3. Art. 170, CF/88. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor;

4. Art. 24. CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

É o caso do Projeto de Lei nº 3356/09¹ do Estado de Minas Gerais, oferecido pelo Deputado Estadual Gilberto Abramo, bem como o da Lei Estadual Paulista nº 13551/09 que determina que os Bancos localizados no Estado de São Paulo alterem a qualidade do papel comprovante.

No âmbito do Distrito Federal, já há lei similar em vigor - Lei nº 4296/09, proibindo a utilização de papéis termossensíveis quando da utilização para emissão de comprovantes nos estabelecimentos comerciais e instituições financeiras.

Referente à adequação à técnica legislativa exigida do projeto de lei, este apresenta erro de digitação, visto que não há o artigo 3º sendo o artigo 4º subsequente ao 2º. Assim, visando sanar o erro material, apresenta-se emenda modificativa à proposta legislativa.

Conclusão

Assim sendo, conforme os termos da emenda modificativa em anexo, esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07/12/09.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 314/09

P A R E C E R :

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 4º, do Regimento Interno, renumera-se o artigo 4º do Projeto de Lei nº 314/09, passando a constar como artigo 3º.

5.Art. 145. CE. O Estado, por lei e por ação integrada com a União, Municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a eles causados, democratizando a fruição de bens e serviços essenciais.

6.Art. 24. §3º, CF/88. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

7.Art. 65. CE. A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

8.Art. 27. CDC. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Art. 1º Fica renumerado o artigo 4º do Projeto de Lei nº 314/09, passando a constar como artigo 3º.

Sala das Comissões, em 07/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 314/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Marcelo Rangel, tem por objetivo proibir a emissão de comprovantes em papéis termossensíveis no Estado do Paraná.

Após parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça, chamou-se esta relatoria a se manifestar.

Considera-se a imensa importância desta proposição para o Estado, uma vez que este projeto de Lei proíbe a utilização de papéis termossensíveis para comprovantes, visando assim que estes não se deteriorem tão facilmente.

Além disso, deve-se ressaltar que o projeto era em análise não delimita o tipo de papel a ser usado, dando larga margem de opção aos estabelecimentos atingidos.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 574/09, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Engenheiro Agrônomo Hans Peeten. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (VOTAÇÃO NOMINAL). (Publ. no DA nº 124/09, de 19/10/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 574/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Plauto Miró, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Engenheiro Agrônomo Hans Peeten.

1.Art. 1º, PL/MG nº 3356/09. Fica proibida no âmbito do Estado a emissão de quaisquer comprovantes feitos em papéis termossensíveis.

Parágrafo Único. A proibição de que trata o artigo 1º desta lei abrange os estabelecimentos comerciais e as instituições financeiras.

Fundamentação

Dispõe a Lei nº 13115 de 14/02/01 alterada pela Lei nº 14677 de 06/04/05:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada.

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou de Benemérito do Estado do Paraná.

§1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou de Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto. No mesmo sentido, conforme a justificativa do projeto, prova-se que os requisitos solicitados pela lei foram atendidos. Ainda, verifica-se que conforme documento anexo, a presente proposição encontra-se dentro da quota de oito projetos por legislatura, referente ao partido correspondente.

Conclusão

Assim, diante da legalidade do presente projeto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 30/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tomamos a iniciativa de conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao engenheiro Hans Peeten. Ligado às cooperativas dos holandeses, como cidadão holandês viveu no nosso Estado do Paraná por um período. Foi um dos maiores incentivadores e com grande conhecimento fez com que o plantio direto pudesse tornar-se realidade no nosso País.

É um técnico que hoje presta serviços à ONU, pelo seu grande conhecimento. E aqui, pela agricultura paranaense, foi uma pessoa que contribuiu onde temos tecnologia tão avançada no plantio direto no nosso País e até mesmo no planeta. Este é um dos motivos pelos quais fiz questão de apresentar este título de Cidadão Benemérito a este importante engenheiro agrônomo, que muito contribuiu para a agricultura do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à votação Deputados que forem favoráveis ao título de Cidadão Honorário ao engenheiro Hans Peeten, por favor, votem SIM. Está aberta a votação.

Está encerrada a votação: 40 Deputados votaram SIM. **O projeto está aprovado por unanimidade.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Atsushi Yoashii. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (VOTAÇÃO NOMINAL). (**Publ. no DA nº 133/09, de 04/11/09, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 616/09

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, tem por objetivo conceder título de cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Atsushi Yoshi.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 09/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Em votação.

O SR. TERUO KATO (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados.

Tomamos a iniciativa de propor o título de Cidadão Honorário ao Sr. Atsushi Yoshii. Ele é engenheiro formado pela Universidade Federal do Paraná, em 1963. Em 1965, fundou a Yoshi Engenharia, empresa que atualmente ocupa o 10º lugar no ranking das maiores empresas do País no setor de edificações comerciais e residenciais. O Sr. Yoshi tem atuação destacada no tocante à responsabilidade social, apoiando projetos de valorização do ser humano, de conscientização ecológica e preservação ambiental. Participa de projetos e obras sociais, com creches e hospitais, além de apoiar projetos de incentivo ao esporte e à cultura.

Desta forma, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solicito aos nossos Pares o voto favorável ao presente projeto de concessão de título ao Sr. Atsushi Yoshii, pessoa que orgulha não só a colônia japonesa como todo o povo do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero Parabenizar o nobre Deputado Teruo Kato. Quero dizer que o Sr. Atsushi Yoshii, além da grande liderança na colônia nipo-brasileira, é um dos maiores empresários do ramo da construção civil. Então, a nossa homenagem a esse grande cidadão que tem, com a força do trabalho, ajudado a edificar, a construir o progresso de Londrina, no Paraná e do Brasil. O nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação, Srs. Deputados podem iniciar a votação por meio do painel eletrônico. Os Deputados favoráveis votarão SIM ao projeto.

Está encerrada a votação: 42 Deputados votaram SIM. Portanto está aprovado por unanimidade.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Pais, Professores, Alunos e Funcionários do Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena - APPAF, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 155/09, de 14/12/09, em Projetos de Lei). Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 723/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, tem por objetivo declarar de utilidade pública a APPAF - Associação de Pais, Professores, Alunos e Funcionários do Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu - PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, declara de utilidade pública o Abrigo de Menores São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 001/10, de 03/02/10, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 008/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual o Abrigo de Menores São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a Associação que se pretende declarar de utilidade pública possui o nome correto de Abrigo de Menores São Vicente de Paulo - obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo - SSVP, consoante o respectivo Estatuto Social. Ainda, a sede e foro da referida associação se dá em Engenheiro Beltrão. Desta forma, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da Emenda Modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 008/10

P A R E C E R :

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Abrigo de Menores São Vicente de Paulo - obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo - SSVP, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão, no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 23/02/10.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 256, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 255, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Tenho dois requerimentos do Deputado Durval Amaral que tratam de temas exatamente iguais, os dois requerimentos. Um é dirigido ao Instituto Ambiental do Paraná, o outro APPA, com o mesmo teor. Entendo que haverá de se ter uma lógica.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. já pediu para adiar um, vamos adiar o outro também.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sim. Mas, acho que o autor podia reformular o requerimento para um único destinatário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem razão.

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 247, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Vou encaminhar no sentido de rejeitar o requerimento e vou explicar o porquê. Queria que as Sras. e os Srs. Parlamentares prestassem atenção.

O Deputado Neivo Beraldin apresenta um pedido de auditoria no Município de Balsa Nova e aqui ele enumera cinco itens que certamente poderiam ser objetivo de uma, quase, Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, por que falo isso? Porque não é possível que o Plenário da Assembleia Legislativa possa servir a questões políticas. Sei que 2010 é um ano eleitoral e obviamente que haverá de se ter aqui nesta Casa um debate político mais acalorado. O Deputado Neivo Beraldin, se tiver alguma denúncia concreta, como diz aqui, chegam ao meu gabinete, certamente devem ser denúncias anônimas ou pelo menos protegidas pelo anonimato, mas ele recebe denúncias. Ora, se tem uma denúncia, apresente ao Ministério Público, que tem a obrigação constitucional de zelar pelo patrimônio público. Ou então encaminhe o requerimento ao próprio Tribunal de Contas.

Agora, o que entendo é que esta Casa não pode se prestar justamente a essa atividade política fruto do processo eleitoral que se avizinha, porque daqui a pouco, Jonas, V. Exa. tem um problema com o Prefeito de um Município do Noroeste ou do Norte Pioneiro e apresenta aqui um requerimento de pedido de autoria. Da mesma forma, o Presidente pode fazê-lo. Ou seja, sinceramente, daqui a pouco vamos utilizar este plenário e esta Casa à força de um requerimento aprovado pelo Plenário.

Eu pergunto: haverá o Tribunal de Contas de se recusar ou descartar de fazer auditoria em um pedido de providência assinado por nobres Parlamentares, mas chancelado, aprovado pelo Plenário desta Casa? Minha resposta é não.

Se o Parlamentar tem uma denúncia num caso concreto, que encaminhe ao Tribunal de Contas ou ainda ao próprio Ministério Público, que tem esse dever de zelar pelo patrimônio público.

Agora, a Assembleia não pode se prestar a fazer esse debate político, que é obviamente fruto da questão. O Prefeito de Balsa Nova não deve ser alguém que tem uma relação política próxima do Deputado proponente, no caso o Neivo Beraldin. Conheço o Prefeito Dinho, é trabalhador e é merecedor, sim, da minha confiança. Mas, não estou aqui para julgar o Dinho como Prefeito. Esta Casa não pode servir a este tipo de política. Por isso, queria pedir o voto NÃO, rejeitado o requerimento do Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Deputado Romanelli, sei as razões que V. Exa. tem para pedir ao Plenário que vote contra. É evidente, é seu colega de partido, do PMDB. Mas, quando pedimos uma auditoria, delegamos ao Tribunal de Contas que é o órgão responsável para fazê-lo. A oportunidade de se fazer uma auditoria não é uma condenação. Uma auditoria é dar a oportunidade para que o governante do dinheiro público possa dizer que ele está exercendo com eficiência e com zelo o dinheiro público. Então, isso é mais que comum na

minha avaliação. Deve ser corriqueiro do Tribunal de Contas. Não acredito que o Tribunal de Contas não faça auditoria constantemente nos Municípios. V. Exa. foi Prefeito e quem foi Prefeito sabe que é normal que o Tribunal de Contas permanentemente mantenha auditoria nos Municípios.

Quem foi Prefeito aqui sabe perfeitamente que é capaz de enfrentar uma auditoria do Tribunal de Contas. E quem não deve não teme. Se V. Exa. acha que não precisa de auditoria no Município de Balsa Nova, V. Exa. vote para que essa auditoria aconteça, que daí o Prefeito terá oportunidade para mostrar à sua gente, ao Tribunal de Contas, à Assembleia Legislativa, que efetivamente exerce a sua função na plenitude.

Deputado Romanelli, conheço a sua força nesta Casa, aliás essa força é que me leva, às vezes, a uma profunda reflexão sobre a questão administrativa, sobretudo no setor público. É muito comum, os Governos chegam, constituem a maioria, a maioria vota, a minoria fica a discursar. Lá em Balsa Nova o Prefeito não fez a maioria na Câmara, não. Lá ele tem a maioria contra a sua administração.

Embora V. Exa. possa se valer hoje de uma eventual maioria da Assembleia para votar contra esse requerimento, mas que fique registrado nos Anais da Casa e que o Tribunal de Contas faça, sim, a auditoria em Balsa Nova, para que se constate lá os fatos que vêm acontecendo e para que se dê a oportunidade ao Prefeito de mostrar que está sendo um administrador que zela pelo dinheiro público, que não contrata cinco escritórios de advocacia sem licitação, pagando mais de R\$ 70 mil cada um por ano, que contrata o lixo através de concorrência pública, que exerce na plenitude da ética e da moral a sua função, Deputado Romanelli.

Não tenho nada contra o Prefeito Dinho, mas tenho sim a responsabilidade e o dever de dar função ao Tribunal de Contas para que dê a oportunidade àquele Prefeito, que ele comprove que sua administração está sendo proba.

Então, por isso peço aos Srs. Deputados o voto SIM para que lhe dê essa oportunidade para que o Tribunal de Contas possa, *in loco*, verificar as licitações, os contratos, as suas ações para que ele possa efetivamente comprovar, como já disse, a sua honradez e o seu desejo de bem administrar o Município de Balsa Nova.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação o requerimento. Os Deputados favoráveis ao requerimento votarão com a expressão SIM e os Deputados contrários com a expressão NÃO.

Está em processo de votação.

(Pausa)

Está encerrada a votação: 32 Deputados votaram; 31 votos NÃO; um voto SIM.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 235, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 239, de autoria da Deputada Cida Borghetti, Deputados Dr. Batista, Luiz Nishimori, Enio Verri e Wilson Quinteiro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 240, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 241, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 242, 243, 249, 250 e 251, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 244 e 245, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 246, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 253, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 258 e 267, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 262, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 268, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nº 269 e 272, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 273, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 278/08 e 464/09

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 314, 574, 616, 723/09 e 008/10

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 622, 736/09 e 020/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissões****Tomada de Contas**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, às dez horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua décima quinta reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposições n.ºs 001/10 e 002/10. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Francisco Bühner, relator da Proposição n.º 001/10, que encaminha a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 2008, atendendo instrução Normativa n.º 07/06, em seu artigo 5º, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O senhor relator, após exame do Relatório Anual das Atividades, Controle da Receita e Despesa Orçamentárias, sob a óptica dos resultados apontados, concluiu pela regularidade das operações realizadas, cumprindo satisfatoriamente as metas definidas no período analisado, decidindo pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO. A seguir, o Sr. Deputado Plauto Miró relatou a Proposição n.º 002/10, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de janeiro de 2010, conforme Resolução n.º 003/04, com as modificações contidas na Resolução n.º 003/09. Após estudo da matéria, o senhor relator referendou as contas apresentadas com parecer FAVORÁVEL - APROVADO, pois atendem a legislação vigente, e encontram-se dentro das normas de sua regulamentação. As proposições foram aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da comissão, Srs. Deputados e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária